



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCHS
Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos – PPGARQ
Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos – MPGA

CLAUDIA DA SILVA SANTOS

**O ARQUIVO DA REDES DA MARÉ:
DOCUMENTOS E A FORMAÇÃO DE MEMÓRIAS**

Rio de Janeiro
2024

CLAUDIA DA SILVA SANTOS

**O ARQUIVO DA REDES DA MARÉ:
DOCUMENTOS E A FORMAÇÃO DE MEMÓRIAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como requisito para a obtenção do grau de Mestre no curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos.

Linha de Pesquisa: Arquivo, Arquivologia e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. João Marcus Figueiredo Assis

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Beatriz Kushnir

Rio de Janeiro
2024

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

da Silva Santos, Claudia
d231 O ARQUIVO DA REDES DA MARÉ: DOCUMENTOS E A FORMAÇÃO DE
MEMÓRIAS / Claudia da Silva Santos. -- Rio de Janeiro,
2023.
102
Orientador: João Marcus Figueiredo Assis.
Coorientador: Beatriz Kushnir.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Gestão de
Documentos e Arquivos, 2023.
1. Arquivo. 2. Memória. 3. Maré. I. Figueiredo Assis,
João Marcus, orient. II. Kushnir, Beatriz, coorient. III.
Título.

CLAUDIA DA SILVA SANTOS

**O ARQUIVO DA REDES DA MARÉ:
DOCUMENTOS E A FORMAÇÃO DE MEMÓRIAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como requisito para a obtenção do grau de Mestre no curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos.

Aprovação em: 25/03/2024

Banca Examinadora

Orientador:

Prof. Dr. João Marcus Figueiredo Assis
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Coorientadora:

Prof.^a Dr.^a Beatriz Kushnir
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Examinador

Externo:

Prof.^a Dr.^a Ana Luce Girão Soares de Lima
Fundação Oswaldo Cruz

Examinador

Suplente

Externo:

Prof.^a Dr.^a Luciana Heymann
Fundação Oswaldo Cruz

Examinador

Interno:

Prof. Dr. Bruno Ferreira Leite
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Examinador

Suplente

Interno:

Prof. Dr. Renato Crivelli Duarte
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao criador e a todos que vieram antes de mim e contribuíram para eu estar aqui

Aos meus pais que sempre demonstraram alegria em cada conquista da minha jornada. Meu pai não está fisicamente, mas o sinto presente como antes.

Aos primeiros professores universitários da Maré: Eliana Silva, Jailson Souza, Edson Diniz, Paulo Bento, Antônio Carlos, Claudia Rose, Andrea Oliveira, Claudia Miranda – citei alguns dos nomes que consigo lembrar, afinal já se passaram 25 anos. Eles criaram o pré-vestibular comunitário e permitiram que tantos mareenses, como eu, iniciassem a vida acadêmica superior.

À Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, por ter me acolhido desde a graduação até aqui, com incentivos e ensino público de qualidade.

Ao meu companheiro Roberto e filho Igor, pelas xícaras de café, refeições e aconchego durante os períodos mais difíceis desta jornada.

Aos meus orientadores, João Marcus e Beatriz, por cada segundo concedido e por todo conhecimento passado durante a confecção deste trabalho. Eles ganharão o Troféu Paciência 2023.

À minha banca de qualificação, as professoras Ana Luce e Luciana Heymann, pelo olhar crítico e ao mesmo tempo carinhoso para meu trabalho.

Aos amigos Patrícia Guimarães, Cidney Oliveira e Verônica Soares que me impulsionaram diante dos meus anseios na área.

A todos os alunos da minha turma no PPGARQ, pelo ambiente amistoso no qual convivemos e solidificamos os nossos conhecimentos, o que foi fundamental na elaboração deste trabalho de conclusão de curso, em especial, a Cintia e Thaila.

À amiga-irmã, Alessandra Gentil, que sempre disse palavras certas nos momentos de tensão deste trabalho. Obrigada por isso também, Alê!

À Marielle Franco (*in memoriam*), amiga desde o pré-vestibular, que dizia sermos intelectuais orgânicos da favela. Marielle, presente e sempre!

E, por fim, a mim, por seguir sempre em frente.

EPIGRAFE

“E são tantas marcas

Que já fazem parte

Do que sou agora

Mas ainda sei me virar.”

(“Lanterna dos afogados”, Os Paralamas do Sucesso, 1989)

“[...] Desde ontem as ondas estão altas, diferentes.

Desde ontem seu estrondo brada mais alto que as buzinas roucas dos cargueiros, que levam lixo rico às costas dos pobres. Desde ontem o cheiro da praia está diferente, e os gringos fazem checkout nos resorts.

Acontece que o mar se cansou de guardar as almas e lágrimas dos pretos, os sonhos das marisqueiras, os detritos da mina e da fornalha.

Calem suas buzinas, os cargueiros. Guarde a corja rica seu próprio lixo, pois nossa jangada vai sair para o mar e vem aí a maré vermelha, trazendo de volta o que vocês nos roubaram”.

(ACAUÃ POZINO, *A Maré Vermelha*)

RESUMO

Esta pesquisa se centra na formação e gestão de um arquivo privado de uma Organização da Sociedade Civil, denominada de Associação Rede de Desenvolvimento da Maré – Redes da Maré, entidade localizada no Conjunto de Favelas da Maré, no município do Rio de Janeiro. Buscou-se compreender o conjunto documental a partir da trajetória institucional da Redes da Maré. Observa-se que o acesso à informação reflete um movimento em torno da democratização da informação como direito fundamental. Este trabalho apresenta a dimensão do acervo da ONG Redes da Maré e suas implicações no âmbito dos arquivos privados, buscando estabelecer reflexões acerca das funções sociais deles. Na pesquisa, demonstrarei a relação entre arquivo e memória a partir das atividades da instituição. Do ponto de vista metodológico, adotou-se como aspecto norteador a pesquisa documental e bibliográfica, além de visita técnica e entrevistas com usuários da ONG. Defende-se que o acesso se configura no campo científico da Arquivologia como a principal função social dos arquivos. Os resultados da pesquisa demonstram que o debate sobre as funções sociais dos arquivos encontra na perspectiva do acesso à informação um espaço de interlocução entre os arquivos e a sociedade. Os resultados apontam a necessidade de debruçar-se sobre este tipo de conjunto documental, bem como pensar as instituições não governamentais como espaços de memória.

Palavras-chaves: Arquivo; Maré; Memória; Redes da Maré.

RESUMEN

Esta investigación se centra en la formación y gestión de un archivo privado de una Organización de la Sociedad Civil, denominado Associação Rede de Desenvolvimento da Maré – Redes da Maré, entidad ubicada en el Conjunto de Favelas da Maré, en la ciudad de Río de Janeiro. Buscamos comprender el conjunto de documentos a partir de la trayectoria institucional de Redes da Maré. Se observa que el acceso a la información refleja un movimiento en torno a la democratización de la información como un derecho fundamental. Este trabajo presenta el tamaño de la colección de la ONG Redes da Maré y sus implicaciones en el contexto de los archivos privados, buscando establecer reflexiones sobre sus funciones sociales. En la investigación demostraré la relación entre archivo y memoria a partir de las actividades de la institución. Desde el punto de vista metodológico, se adoptó como aspecto orientador la investigación documental y bibliográfica, además de visitas técnicas y entrevistas a usuarios de ONG. Se sostiene que el acceso se configura en el ámbito científico de la Archivología como la principal función social de los archivos. Los resultados de la investigación demuestran que el debate sobre las funciones sociales de los archivos encuentra, desde la perspectiva del acceso a la información, un espacio de diálogo entre archivos y sociedad. Los resultados apuntan a la necesidad de indagar en este tipo de decorados documentales, así como pensar en las instituciones no gubernamentales como espacios de memoria.

Palabras

Clave:

Archivo;

Marea;

Memoria

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Crianças brincando na rua com bolas de gude.....	13
Figura 2	Palafitas na década de 1970 e 1980.....	13
Figura 3	Formatura no Curso de Arquivologia/UNIRIO (sou a 6ª da primeira fileira, da esquerda para a direita).....	15
Figura 4	Matéria do Jornal Maré de Notícias que informa sobre operação policial e interrupção de serviços na região.....	28
Figura 5	Mapa do Complexo da Maré	29
Figura 6	Termo de Compromisso do Curso Pré-Vestibular na Redes	36
Figura 7	Texto da Redes da Maré que informa a inauguração do Pré-vestibular.....	42
Figura 8	Lançamento do livro “Memória e Identidade dos Moradores de Nova Holanda” no Centro de Artes da Maré (CAM).....	52
Figura 9	Publicação do livro “Memória e Identidade dos Moradores do Morro do Timbau e Parque Proletário da Maré.....	52
Figura 10	Atividade para crianças na Semana da Consciência Negra na Lona Cultural da Maré	53
Figura 11	Oficina estético-emocional com as meninas Black Power para adultos.....	53
Figura 12	Registro da publicação “Cartografias Afetivas da Maré”	54
Figura 13	Registro da abertura do programa: Caminhos da Maré	54
Figura 14	Infográfico sobre os atendimentos no ano de 2022.....	75
Figuras 15 e 16	Registro de parte do arquivo físico do Setor Financeiro.....	75
Figura 17	Documentos institucionais disponibilizados na página de internet.....	77
Figura 18	Registro da equipe que distribui o Jornal <i>Maré de Notícias</i>	78
Figura 19	Jornal <i>Maré de Notícias</i> disponível em versão digital.....	79
Figura 20	Registro atual da fachada do prédio central.....	84
Figura 21	Tecedores e tecedoras da Redes da Maré.....	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Panorama simplificado das ações da 1ª geração (anos iniciais)	41
Tabela 2	Panorama simplificado das ações da 2ª geração.....	43
Tabela 3	Ciclo de vida de documentos.....	47
Tabela 4	Quantidade do público atendido diretamente	74
Tabela 5	Contribuição do Pré-vestibular para a assimilação da universidade com a Maré.....	81
Tabela 6	Estrutura do coletivo gestor da instituição.....	86

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	11
2. INTRODUÇÃO	16
3. ALAGADOS TRENCHTOWN, FAVELA DA MARÉ: AS ESPERANÇAS E AS MUDANÇAS DAS LUTAS	19
3.1. COLETIVAS.....	31
4. A REDES DA MARÉ DE BRAÇOS ABERTOS AO CARTÃO POSTAL.....	
MARÉ CHEIA: O ARQUIVO DA REDES DA MARÉ E SEU	46
5. POTENCIAL DE USO NA CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA E NARRATIVAS.....	
VEM AÍ A MARÉ VERMELHA, TRAZENDO DE VOLTA O QUE NOS	50
5.1. ROUBARAM: UM OLHAR SOBRE A FUNÇÃO SOCIAL DOS ARQUIVOS DA REDES DA MARÉ.	60
6.	64
6.1. NOSSA JANGADA VAI SAIR PRO MAR: PERCEPÇÕES	64
6.2. ARQUIVÍSTICAS SOBRE O ARQUIVO DA REDES DA	72
6.3. MARÉ.....	79
7. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	89
O CONTEXTO DO ARQUIVO DA	91
REDES.....	94
PANORAMA DO QUE FOI ENCONTRADO NO	95
ARQUIVO.....	96
ENTREVISTAS	E
DISCUSSÕES.....	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	
REFERÊNCIAS.....	
APÊNDICE A.....	
APÊNDICE B.....	
APÊNDICE C.....	

1. APRESENTAÇÃO

Quando esta escrita foi iniciada, senti a necessidade de apresentar um pouco da minha própria história, que está espalhada ao longo desta dissertação e em diálogo com os espaços e pessoas citadas nesta pesquisa. Ao meu juízo, há total relação nas observações da minha caminhada escolar, profissional, social e acadêmica, principalmente aquelas tantas sobre as quais eu nunca havia falado.

Acreditando que todas as pesquisas partem sempre de uma pergunta, que também é pessoal, início com parte da minha biografia, que conversa diretamente com as narrativas e as memórias construídas na Maré. A presente dissertação de mestrado pretende apresentar uma visão acerca das contribuições que as ações da Organização Não-Governamental (ONG) Redes da Maré¹ proporcionam na construção e no fortalecimento das identidades coletivas no Conjunto de Favelas da Maré.

A investigação atende aos parâmetros da linha de pesquisa “Arquivo, Arquivologia e Sociedade”, do PPGARQ/UNIRIO. Nesse sentido, relações com arquivos, memória, identidade, bem como o potencial intervencionista de sujeitos e suas práticas, serão tratados com especial interesse.

A questão que direciona essa pesquisa é analisar se o conjunto documental da ONG Redes da Maré refletem a relação entre documento e memória. Tal relação pode ser imprescindível, visto que o arquivo está impregnado de práticas e sentidos mnemônicos e rememorativos que compõem a identidade de um povo. Por meio de arquivos e documentos dos projetos desenvolvidos pela ONG, a dissertação visou explorar como a organização contribui na construção das identidades no local.

Na busca por analisar os documentos produzidos pela ONG, foi possível perceber a dimensão e a importância de cada projeto e como eles dialogam com os objetivos da instituição diretores na busca por garantia de direitos e desenvolvimento de uma população crítica e ativa, além da defesa da vida. Através da presente investigação, é possível perceber como a Redes da Maré contribui para a construção e fortalecimento da identidade dos

¹ A Redes da Maré é uma organização da sociedade civil, que nasceu da mobilização comunitária a partir dos anos de 1980, nas favelas da Maré. Formalizada em 2007, tem como missão tecer as redes necessárias para efetivar os direitos da população do conjunto de 16 favelas da Maré, onde residem mais de 140 mil pessoas.

moradores. Isso inclui a valorização da cultura local, a promoção da autoestima e o reconhecimento da identidade do bairro.

Nesta dissertação, afirmamos como o arquivo da ONG suas práticas garantem os direitos fundamentais, promovendo a justiça social e combatendo desigualdades no contexto específico do Conjunto de Favelas da Maré.

Acredito que a investigação da atuação da Redes da Maré sob a perspectiva da linha de pesquisa "Arquivo, Arquivologia e Sociedade", pode contribuir significativamente para o Programa, trazendo uma compreensão sobre o papel dos arquivos na promoção de mudanças sociais em contextos específicos, como o das favelas cariocas. A dissertação ofereceu uma análise crítica das práticas da Redes da Maré e, a partir dessa reflexão, propôs sugestões para aprimorar o tratamento de seu conjunto documental, para que este seja preservado e possa contar a gerações futuras os avanços e limites vivenciados pelos moradores da Maré.

Em resumo, esta dissertação destaca a relevância da atuação da ONG no Conjunto de Favelas da Maré, explorando como seus arquivos, a memória, a identidade e as intervenções da organização se entrelaçam para promover direitos humanos, cultura, educação e mobilização comunitária na favela.

Nesse contexto, acredito que o entendimento da trajetória da autora nesse processo seja fundamental para o entendimento pleno do leitor. Não sou alguém estranha a esse objeto, ao contrário, estou bem familiarizada com ele, primeiramente, por ter sido criada e vivido na Maré por vinte e sete anos, entre 1976 e 2004, o que já me faz parte das narrativas que a Redes da Maré busca construir e mostrar. Segundo, por ter feito parte da formação institucional desta ONG, colaborando na estrutura, definição do Estatuto, logomarca, entre outros temas; e terceiro, por ter atuado nessa instituição como Arquivista. Nesta função, eu trabalhei nos setores administrativo e financeiro, sendo este último o espaço reservado para a custódia dos documentos de uso corrente e históricos da instituição. Tudo isso ocorreu no período de 2007 a 2019, pois daí em diante fui atuar em outros espaços, também como Arquivista.

Apresento, no corpo desta pesquisa, igualmente, a minha própria história. Escrita por mim em fases cíclicas de uma “escrevivência”² ao longo deste texto e me revelo. Eu, Claudia, sou a própria narrativa de uma “ex-favelada”, mareense³, estudante que passou pelo pré-vestibular do CEASM (Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré)⁴, que aprendeu a ser uma pessoa que entende seus atos políticos e a partir daí, começou a se desenvolver como cidadã da Maré e do Mundo.

Este trabalho investigativo é, também, autorreflexivo, já que, como autora desta pesquisa e ex-moradora da Maré (em Rubens Vaz, uma das 16 favelas da região), também sou resultado das ações da ONG. Isso pode oferecer certo questionamento de alguns, e já adianto que são totalmente fundados; porém, os convido a aceitar esse meu lugar de fala como a possibilidade de uma prerrogativa interessante para os estudos das ciências humanas, sociais e aplicadas.

Nasci, gêmea de Claudio no Hospital Geral de Bonsucesso, localizado no entorno da Maré. Filha de Luiz (*in memoriam*), homem preto, carpinteiro e de Maria, mulher branca e do lar, ambos nordestinos e semianalfabetos que, atendendo ao pedido de minha avó paterna, saíram de Saracuruna e foram morar na Maré 8 meses após meu nascimento. Na Maré, cresci próxima das palafitas, brincava de piques, bonecas, bolas de gude com vizinhos e parentes (a maioria nordestinos)⁵; fazia amigos nas idas à Capela da Paz, localizada no Parque União; dançava quadrilha nas comunidades de dentro e fora da Maré.

² Escrevivência é um termo cunhado pela escritora Conceição Evaristo. Utilizou-se dessa palavra para reforçar um compromisso com a condição de mulher negra em uma sociedade marcada pelo preconceito (Evaristo, 2017c, p.9).

³ Mareense é um termo usado por moradores e ex-moradores e designa as pessoas que foram criadas ou viveram muito tempo na Maré. Esse termo foi forjado em matéria do jornal *O Cidadão* (27ª ed., 2003, p.27), quando se discutia a formação do bairro. Disponível em <<https://drive.google.com/file/d/1f2Vo359Q-VkzLFsImlv2Prz10Opd3pph/view>>

⁴ CEASM é o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré, e foi formado por um grupo de moradores e ex-moradores que acessaram formação universitária. Desde 1998, o CEASM disponibiliza acesso à cultura, educação, pesquisa, comunicação e uma dada memória para moradores do conjunto de favelas da Maré.

⁵ Segundo o Censo Maré, 25,8% das pessoas que residem no local são oriundas de migração do Nordeste (Censo Maré, 2019, p.35).

Figura 1 - Crianças brincando na rua com bolas de gude**Figura 2** - Palafitas na década de 1970 e 1980

Fonte: Arquivo Dona Orosina Vieira -
Museu da Maré

Fonte: Arquivo Dona Orosina Vieira - Museu da
Maré

Na igreja, participei por muito tempo da Campanha do quilo, a qual íamos pelas ruas pedindo um quilo de qualquer alimento para formarmos cestas e distribuímos às famílias mais necessitadas. Essa experiência, dentre tantas outras que vieram depois, me ensinou a importância das lutas coletivas. Na escola, fui representante de turma em todo curso fundamental e em dois anos do ensino médio. Nesses espaços pude conhecer pessoas com pensamentos progressistas que, de certa maneira, iniciaram minha formação política.

Vislumbrar o ensino superior era algo muito distante, pois na minha família não havia alguém com diploma universitário, até mesmo os parentes que insistiam em me dizer: “*Dinha, Estude! a caneta é mais leve que a pá.*” No Colégio Prefeito Mendes de Moraes, onde cursei o ensino médio, havia professores e colegas que falavam das Universidades, o que aguçou meu desejo de ampliar a trajetória escolar. Mas foi no CEASM que tive a oportunidade de me preparar e conseguir entrar em uma.

Em 2000, ingressei no Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Meses depois, estagiei no projeto Rede de Memória, onde integrei o grupo de pesquisadores que organizaram o acervo do Museu da Maré⁶, o primeiro Museu da favela no Brasil. Ao longo da graduação, estagiei e trabalhei em outros espaços. Essas experiências, somadas ao que eu aprendi nas disciplinas de Arquivologia, intensificaram o meu desejo de mergulhar na relação entre documento e memória, e fiz a pergunta que resultou na minha monografia intitulada: “Como os usos dos arquivos de ONGs contribuem para o exercício da cidadania?”. Vejam que a tríade arquivo, identidade e memória está na minha trajetória pessoal e profissional há alguns anos.

⁶ O Museu da Maré, fundado em 08 de maio de 2006, é um conjunto de ações voltadas para o registro, preservação e divulgação da história das comunidades da Maré, em seus diversos aspectos, sejam eles culturais, sociais ou econômicos. As ações propostas no Plano Museológico contemplam o programa institucional, de acervos, de exposição, educativo cultural, de pesquisa e de divulgação da iniciativa. Espaço gerido pelo Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré. Disponível em <<https://www.ceasm.org.br/museudamare>>

Figura 3 - Formatura no Curso de Arquivologia da UNIRIO. Sou a 6ª da primeira fileira.



Fonte: Acervo pessoal (2004).

No CEASM estagiei e trabalhei em diferentes projetos até 2006, e de 2007 até 2019, na Redes da Maré (Redes). Na ONG objeto deste estudo atuei em cargos de coordenação e como arquivista. Nos anos de atuação na Redes, consegui trabalhar com minha formação em outros espaços também. Nesse sentido, a preferência pelo tema deste trabalho está ligada ao percurso vivido até aqui.

O objetivo desta pesquisa é apresentar e refletir sobre as ações da Redes da Maré, procurando analisar como as práticas dessa instituição contemplam seus arquivos. e são instrumentos que colaboram com a construção de narrativas e memórias coletivas dos moradores.

Para isso, pelos projetos, pesquisas, campanhas e equipamentos a ONG desenvolve atividades que objetivam fortalecer a identidade de morador da Favela da Maré e contribuir com novas narrativas sobre o local. Eu, sendo resultado dessas ações, acredito que a proposta da Redes em criar o sentimento identitário e de pertencimento, tenha em mim, um exemplo de êxito.

Gosto de rememorar as lutas coletivas que tanto presenciei no território. Foi a partir das vivências relatadas acima, em conjunto com minha formação de Arquivista, que pretendo responder às perguntas norteadoras deste trabalho: os documentos de arquivo da ONG Redes da Maré são acessados pelos moradores na garantia de direitos? O arquivo da Redes da Maré ativa a construção de memórias e narrativas da Maré?

2. INTRODUÇÃO

A Organização da Sociedade Civil Redes da Maré nasceu da mobilização comunitária no ano de 1980, nas favelas da Maré. Formalizada em 2007, tem como missão tecer as tramas necessárias para efetivar os direitos da população do conjunto de 16 favelas da Maré, onde residem mais de 140 mil pessoas. Esse movimento foi motivado pela força de um grupo formado por moradores e ex-moradores da Maré. Isso certamente acontece e sinaliza as limitações do Poder Público em instituir políticas governamentais. Assim, há a necessidade da população gerir saídas para as dificuldades coletivas que são: acesso à educação pública, onde a oferta seja maior que a procura, regulação do esgoto sanitário e da energia elétrica, entre outros. O resultado dessas ações fez florescer oportunidades, criando como legado, um acervo arquivístico ainda pouco conhecido.

Nesse sentido, por tratar-se de um acervo privado, deve-se pensar teórica e conceitualmente sobre esses arquivos. Tendo em vista que essa temática sobre o uso dos documentos de arquivos em instituições do terceiro setor, ainda é pouco explorada no cenário acadêmico brasileiro.

Esta pesquisa se propõe a analisar os conjuntos documentais produzidos pela Redes da Maré no período de 2007 a 2023, compreendendo esta ONG enquanto espaço de construção de memórias e capaz de contribuir com a garantia de direitos e o estabelecimento plural de narrativas dos moradores desse local. Com vistas a percorrer os caminhos da Redes da Maré, a pesquisa foi realizada em duas etapas: levantamento bibliográfico e de campo.

A primeira ocorreu a partir da busca de aportes teóricos, visando o aprofundamento conceitual sobre arquivo privado, arquivo de interesse público, território, identidade e memória. Na segunda etapa, recorreu-se à visita técnica nos setores, projetos e prédios da instituição. O método de análise, pautado na necessidade de interpretar, registrar, bem como de classificar possibilidades evidenciando o viés cognitivo do pesquisador, aproximando-o ainda mais do objeto pesquisado, por considerar necessário “examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados” (Ginzburg, 1991, p.144).

Este trabalho pretende investigar se os conjuntos documentais produzidos pela Redes da Maré apresentam potencial de uso para a população da Maré, a fim de contribuir para a produção do conhecimento sobre a função social dessa instituição. Assim, a presente

pesquisa trabalhará com os seguintes objetivos específicos:

- Identificar o contexto histórico do território de atuação da Organização;
- Apresentar uma revisão teórico-conceitual sobre território, favela, identidade e memória;
- Apresentar as ações e o arquivo da Redes da Maré; e
- Analisar o potencial de uso social do arquivo da ONG pelos moradores da Maré.

A justificativa para a escolha do tema de pesquisa reside no fato de se tratar de um acervo produzido em um período de mais de 20 anos, por uma instituição do terceiro setor, em uma das maiores favelas do mundo, com um alto potencial para a construção de aspectos voltados para a cidadania e a memória da população residente. Busca-se, com isso contribuir academicamente com os documentos de arquivo produzidos pelas ONGs.

O problema da pesquisa busca responder: qual o potencial de uso do arquivo para a promoção da cidadania dos moradores da Maré? Para tal, levou-se em consideração o fato do acesso, que se configura no campo científico da Arquivologia, como uma função social dos arquivos.

Para atingir o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa, adotamos como métodos de pesquisa a abordagem qualitativa e quantitativa, baseada em análise de caráter exploratório, além da coleta de dados por meio de entrevista semiestruturada, e pesquisa em fontes documentais e websites institucionais. Foram consultadas bibliografias nas seguintes áreas: Ciência da Informação, Arquivologia, Memória Social, Sociologia e História. As fontes primárias para a coleta de dados foram obtidas em páginas digitais na internet e nas entrevistas.

Na seção 2 desta dissertação, intitulada: “Alagados trenchtown, favela da Maré: as esperanças e as mudanças das lutas coletivas” fornecemos ao leitor um breve contexto histórico de favela que marca o lugar de origem da instituição e público atendido, bem como, revisitamos o conceito de território, identidade e memória. Nessa seção, buscamos apresentar a dimensão social e política da Organização objeto deste estudo.

Já na seção 3, intitulada “Maré cheia: o arquivo da Redes da Maré e seu potencial de uso na construção de cidadania e narrativas”, apresentamos o contexto histórico de surgimento e atividades realizadas da instituição e estabelecemos os principais processos

que envolvem as disputas políticas de existência da ONG. Usamos abordagens teórico-conceituais que ajudaram a refletir sobre o papel dos arquivos como ferramenta de memória.

Na seção 4, intitulada “Vem aí a maré vermelha, trazendo de volta o que nos roubaram: um olhar sobre a função social dos arquivos das Redes da Maré”, realizamos uma reflexão sobre as funções sociais dos arquivos na perspectiva das ações de acesso à informação, estabelecendo inicialmente uma interlocução no campo discursivo que envolve o arquivo e a sociedade.

Nas considerações finais, apresentamos uma síntese com os principais resultados das reflexões sobre a problemática levantada, evidenciando as conquistas alcançadas com o estudo, algumas limitações da pesquisa e as relações entre os fatos verificados e as teorias.

Nos apêndices da pesquisa apresentamos o roteiro de perguntas nas visitas realizadas.

3. ALAGADOS *TRENCHTOWN*, FAVELA DA MARÉ: AS ESPERANÇAS E AS MUDANÇAS DAS LUTAS COLETIVAS

“...o sol da manhã vem e nos desafia” (Paralamas do Sucesso, 1989).

Muitos trabalhos já dissertaram sobre as origens das favelas⁷, relacionando o seu surgimento ao retorno de soldados da Guerra de Canudos e após a abolição da escravidão (Brum, 2010). Mesmo que a utilização do termo “favela”, de modo a designar uma tipologia de território, seja atribuída à ocupação no Morro da Favela (atual Morro da Providência), fundada entre 1893-1894, na historiografia do Rio de Janeiro há registros anteriores de ocupações nos morros da região, como no Morro Santo Antônio⁸. É o final do século XIX a palavra “favela” categorizava as moradias semelhantes na forma de ocupação de outros morros da cidade. O termo passa a designar os aglomerados de casebres sem traçado, arreamento ou acesso aos serviços públicos, construídos em terrenos públicos ou de terceiros, que começam a se multiplicar no centro e nas zonas sul e norte do Rio de Janeiro. Apenas a partir de 1920 é que os meios de comunicação passam a utilizar a palavra “favela”, com esse sentido e não mais em referência exclusiva ao Morro da Favela. Considera-se que nessa década a nomenclatura passa a se expandir e classificar esses espaços (Valladares, 2000).

Os termos usados como favelas, comunidade, localidade e território vinculam-se às características que demarcam um espaço formado por moradias aglomeradas, algumas ilegais, situadas em locais indevidos, com serviços públicos precários (água, luz, esgotamento sanitário e pluvial, escola, atendimento médico, transporte, lazer). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) denominou como “aglomerações subnormais” de 1950 a 2007, quando passou a usar o conceito de “Favela” ainda utilizado atualmente.

Esses termos, conforme apresentou Burgos (2006), na maioria das vezes se encontram na opinião de urbanistas, engenheiros, arquitetos, jornalistas, entre outros profissionais que os definiram a partir das construções fora dos padrões estabelecidos como formais para habitações e nas ausências do Estado. A descrição das moradias está relacionada à forma de ocupação da área e à característica da residência, sejam elas provisórias ou não (barracos de madeira, zinco ou papelão e prédios de apartamentos), denotando, uma ligação entre favela,

⁷ Favela: termo constituído para categorizar espaços de moradia fruto de interesses, lógica e mediações políticas, sendo vista como problema por mais de um século (Valladares, 2005, p.31).

⁸ Esse morro, na região central do Rio de Janeiro, foi arrasado na década de 1950.

ao tráfico de drogas e aos conflitos armados. Consequentemente, essa associação ao ilícito e ruim atrela-se aos estereótipos que marcam esses territórios.

Diante disso, associar a imagem da favela e consequentemente, dos seus moradores ao ruim, colabora para que esses indivíduos sintam vergonha de pertencer ao seu lugar, impactando na construção da identidade e no sentimento de inferioridade. Esse fato ocorre quando não se tem consciência de sua importância na sociedade. Além disso, essa oposição de termos para designar espaços vincula-se a uma necessidade de polarização que reflita uma dada organização de poder.

Na contramão dos estereótipos criados, sejam por intervenções políticas ou senso comum, o movimento de moradores e instituições, defendem que as favelas sejam reconhecidas por suas especificidades. Essa defesa se dá, considerando que a representação da favela orienta políticas e projetos, e para isso, não pode ser baseada em propostas superficiais, sem compreender a realidade social, econômica e cultural desses espaços. Desse modo, as narrativas dominantes sobre a favela seguem sob duas visões contrárias: a da legitimação dos direitos e a dos estereótipos negativos associados a elas.

A expressão “favela” é utilizada no texto em referência aos territórios excluídos das mais diversas formas na cidade do Rio de Janeiro. Mas aqui, abordaremos a definição desse espaço conforme as contribuições trazidas nos livros “O que é a favela, afinal?” (Silva *et al.*, 2009) e “Favela: alegria e dor na cidade” (Silva; Barbosa, 2005). Na leitura destes, é possível compreender as diferenças próprias, simbólicas e identitárias em relação ao processo de urbanização da sociedade brasileira em uma ampliação do termo “território”.

Nos estudos citados acima, identifica-se como caminho para a definição de favela a ideia de espaços que unificam, com a diversidade das alegrias e dores existentes. Ambos sugerem a possibilidade de fortalecer a identidade da favela como um território de potências existentes nas pessoas, ultrapassando o espaço da ausência.

A historiografia sobre o Conjunto de Favelas da Maré está diretamente ligada aos processos de lutas, não só contra a negação de direitos, mas para romper com as generalizações e rótulos negativos. As favelas da Maré, sendo diferentes e singulares, possuem muitas histórias e narrativas que influenciam nas transformações dos territórios. Essas mutações são muitas vezes resultado do ativismo social presente nos corpos dos

moradores e instituições. Essas favelas apresentam-se, assim, como espaço em que as leis do Estado não estão presentes como no restante da cidade.

É nesse sentido que instituições vêm tentando se inserir de forma mais intensa nesses espaços, transformando-os com vistas a uma nova configuração territorial. Refletir essa relação de identidade aliada ao potencial do morador de maneira articulada, constitui para nós, um elemento central na compreensão da importância desse território para a cidade e a formação do sujeito como ponto central de superação da ordem estabelecida.

Sobre o termo “território” usamos o coletivo das obras do geógrafo Milton Santos, que em diversos momentos tratou o conceito de forma diferenciada. Nos anos de 1970, com a perspectiva do território definido em sua relação com o Estado, depois pelos anos de 1980, com a concepção de configuração territorial como o arranjo de objetos na paisagem, até se chegar aos anos 1990, quando o autor assume a vertente do território usado, pois o território em si não poderia ser considerado categoria de análise, mas o território usado sim. E é sobre este último que associo quando relaciono a Maré como território. Essa categoria de análise na visão do autor, que procede como “o fundamento do trabalho, lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (Santos, 2002, p. 14). Entende-se com isso, que a subjetividade também está inserida neste conceito.

Ao longo deste trabalho, as contribuições de Milton Santos estarão igualmente presentes, pois o território é entendido como linguagem que abarca toda a existência humana, onde toda sociedade ao se produzir, produz território. Ou seja, possui limites definidos, espaços de relações de poder, de trocas de informações que possuem identidade, bem como, poderes hegemônicos. Em "O retorno do Território", o geógrafo destaca que

[...] vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e de seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro (Santos, 1994, p.7).

Desta análise, podemos compreender que o território é lugar de situações contínuas contendo fatos e histórias que une passado e presente e se materializam a partir da produção de territórios. Com isso, temos um local social que possibilita o diálogo desse conceito da geografia com outras áreas do conhecimento. Diante disso, as afirmações de Santos são

fundamentais para entendermos as desigualdades socioespaciais que constituem o Conjunto de Favelas da Maré.

Da mesma forma, Sousa e Silva (p. 19), ex-morador da Maré e que ajudou a criar muitas organizações, têm experiência em estudos e múltiplas publicações e livros sobre temas como Educação, Segurança Pública, Representações, Práticas sociais e Territoriais urbanas, aponta que colocar a favela na perspectiva de leitura do território usado, “é chamar a atenção para os sujeitos sociais em suas práticas de construção do mundo e da vida, do território como morada dos afetos, dos percursos, dos saberes.” Nesse sentido, a abordagem sobre território compreende também que a cidade é um espaço produzido socialmente, logo, possui realidades complexas e situações diversas.

O território, contudo, se forma da ação coletiva, nos encontros, nas formas mais potentes de alegria e dor, que as unificam com identidades comuns nas diferenças e ganham potência no enfrentamento das desigualdades. Sendo assim, há de se destacar a contribuição de Milton Santos, ao refletir que

a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é território. O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência (Santos, 2002, p. 13).

Essa afirmação nos chama a atenção para as representações dos territórios populares denominados de favelas. A luta por outra representação que não seja oriunda de opiniões alheias esbarra na questão da construção das identidades, tendo em vista que este fenômeno atinge as relações e conseqüentemente as disputas. Estar ou pertencer ao território influencia na identificação do indivíduo e contribui na constituição desse espaço.

Assim sendo, entendemos que os territórios são construídos na dialética e como consequência das políticas públicas, colocando ao mesmo tempo, para disputar uma cidade de direitos. A escolha para uma cidade de direitos é, com o intuito de superar a exploração sobre os moradores das favelas, indivíduos decisivos nesse processo.

Nesta pesquisa, o tema da identidade é abordado a partir da concepção do Sociólogo Stuart Hall (2014), que a relaciona com três tipos de sujeitos, a saber: iluminista, sociológico e pós-moderno. Dessas categorias, o sujeito sociológico se encaixa no perfil dos atores e público atendido pela ONG estudada.

Os moradores do Conjunto de Favelas da Maré, por anos, tiveram suas identidades constituídas em consequência das mudanças socioambientais. Na contramão disso, há uma motivação política em diversas organizações do local, em especial a Redes da Maré, que visam mobilizar os moradores para desfazer o estigma que o discurso hegemônico constrói sobre esse contingente populacional.

Nesse sentido, a Redes demonstra em suas ações que construir as memórias é de grande importância na formação das identidades da população da Maré. A ligação entre memórias e identidades é tão direta que o imaginário se sustenta para reconhecer como a população se expressa. Para isso,

A memória não pode ser entendida como apenas um ato de busca de informações do passado, tendo em vista a reconstituição deste passado. Ela deve ser entendida como um processo dinâmico da própria rememoração, o que estará ligado à questão de identidade (Santos, 2004, p. 59)

Essa afirmação, nos permite compreender o porquê da Redes atuar para que as memórias permaneçam vivas, fazendo com que a população construa novas narrativas a partir do que foi vivido. Diante disso, tem-se a resistência de um grupo que, rememorando permite lembrar às gerações futuras sobre os acontecimentos. Portanto, as memórias se constituem como identificação humanas, que irão distinguir ou aproximar as pessoas (Pollak, 1989, p.9).

A partir dessa perspectiva, temos a memória sendo um elemento intrínseco da identidade. E a construção dessa identidade é consolidada quando determinados grupos se apropriam de seus valores. Segundo (Hall, 2000, p.109), a correspondência entre memória e identidade a partir do que é utilizado das narrativas, forma não o que somos, mas o que nos tornamos.

Sob o conceito de identidade tomando o sujeito sociológico, o teórico Michael Pollak (1992) afirma que essa é a imagem de si para si e para os outros e os elementos essenciais para a construção de identidade são: o sentimento de ter fronteiras físicas ou de pertencimento a um grupo.

Compreende-se com isso, que as identidades dos indivíduos são formadas nas relações sociais. E essa interação social se dá de forma positiva ou negativa e pode ser mensurada pelo nível da autoestima. Em razão disso, Hall (1992) pontua que toda identidade é uma construção imaginária e uma identificação não acaba em nossa natureza biológica. Ela refere-se ao que construímos por meio da linguagem, cultura, sob outros suportes, como o corpo ou

território. Esse entendimento de fatores é a estrutura que permite a constituição de formas identitárias. Isto implica na configuração como o sujeito gostaria de ser, de ser visto pelos outros, e como ele se apresenta.

Essa abordagem sobre identidade corrobora na reflexão sobre os diferentes conflitos entre o que foi criado, entendido e vivido existentes nas representações e identidades sobre os moradores e o lugar chamado Maré. Com isso, é possível observar os discursos produzidos por e para esses, evidenciando narrativas oriundas dos que vivenciam nesse local.

A partir do ponto de vista de Hall, está em curso desde o final do século XX, um tipo diferente de mudança estrutural transformando as sociedades modernas. Fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, elementos que, durante séculos, nos forneceu sólidas localizações como indivíduos sociais. Com isso, há uma crescente mudança em nossas identidades pessoais, oscilando a ideia que temos de nós mesmos, como sujeitos integrados e a isso ele dá o nome de deslocamento ou descentralização do sujeito.

Esse duplo deslocamento ou descentralização dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural, quanto de si mesmos pode gerar uma "crise de identidade". Assim,

tal sujeito já foi um dia considerado unificado e hoje se encontra cindido, fragmentado, deslocado e descentrado em uma polissemia de identidades das quais ele precisa lidar, tais como seu pertencimento ou suas "paisagens culturais" de nacionalidade, de classe, de etnia, de religiosidade, de língua, de sexualidade e de gênero (Hall, 2014, p. 9).

Vemos então, que a partir dessa reflexão o autor nos mostra as causas e consequências da relação desse indivíduo com a sociedade em que não se caracteriza por uma identidade fixa e permanente. As concepções de sujeito se alteram no tempo e, por conta disso, mudam também as concepções de identidade. Por isso, Hall aconselha o uso do termo no plural por defender que uma pessoa possui identidades múltiplas, que se atualizam permanentemente, a depender das trocas culturais que se realizam.

Assim como a identidade, compreender a relação que os indivíduos estabelecem com o território é fundamental para a compreensão relativa à memória. Conforme assinala Halbwachs (1990, p.109) sobre essa relação, "quando um grupo está inserido em um lugar, ele a transforma à sua imagem". Ou seja, o território vivido traz consigo as marcas dos indivíduos que o habitam, assim como os indivíduos carregam as marcas do lugar. Por isso,

compreende-se que as imagens espaciais desempenham um papel determinante na memória coletiva.

[...] o lugar recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Então, todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais, e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível para os membros do grupo” (Halbwachs, 1990, p.133).

Nesta direção, a questão da identidade se relaciona com a memória na medida em que as identidades se constituem como uma herança de significados, ligados à constituição de um discurso que legitime a ideia de pertencimento. Desse modo, a memória é importante no processo de formação identitária dos grupos, o que os leva a buscar fazer-se conhecer e reconhecer como um processo histórico.

A noção de memória focada neste trabalho é entendida como elemento que viabiliza a percepção e a possibilidade de se construir a identidade cultural, num movimento do presente. Para tanto, abordaremos alguns aspectos referentes à memória, no seu caráter social, sobretudo pelo que nos apresenta o teórico Halbwachs (2006), uma vez que é a partir de seus estudos que se pensa em uma dimensão da memória que ultrapassa o plano individual, considerando que as memórias de um indivíduo nunca são só suas e que nenhuma lembrança pode existir separada da sociedade.

Considerando, então, esse recorte da memória, nos apoiaremos no conceito de “memória coletiva” apresentado por Halbwachs (2006, p. 102) como “uma corrente de pensamento que não retém do passado senão o que está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém”. Ele afirma que

[...] é uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora se manifestou ponto de referência do seu estudo os contextos sociais reais, tendo por objetivo central estabelecer a distinção entre o que denomina memória individual e memória coletiva (Halbwachs, 2006, p. 91).

Desse modo, algumas narrativas que são apresentadas mais à frente, abordam as memórias do e no Conjunto de Favelas da Maré, de alguns moradores participantes desta pesquisa e experienciadas pelo grupo social. Sabendo-se que o processo de lembrar pode ser um meio de explorar os significados subjetivos da experiência vivida e a natureza da memória coletiva e individual.

Ainda sobre a memória coletiva, Coracini e Ghiraldelo (2011, p.26) salientam que a “memória diz respeito ao povo, à nação, o que significa afirmar que é a memória coletiva,

tomada no decurso do tempo, que se vê priorizada, ainda que, a linearidade cronológica não seja mais o seu fio condutor”.

No meio acadêmico, a memória tem sido alvo frequente de estudos e de pesquisa em diversas áreas, como Filosofia, Psicologia, Psicanálise, Linguística, Arquivologia, dentre outras. Conforme afirma Gagnebin (2006, p.97),

[...] assistimos hoje ao boom de estudos sobre a memória, desmemória, resgate, tradições. [...] Na história, na educação, na filosofia, na psicologia, o cuidado com a memória fez dela não só um objeto de estudo, mas também uma tarefa ética: nosso dever consistiria em preservar a memória, em salvar o desaparecido, o passado, em resgatar, como se diz, tradições, vidas, falas e imagens.

Este compromisso vem sendo cumprido, inclusive no Brasil, em que, paradoxalmente, o mito do novo, do jovem, do moderno, do presente parece apontar para a desvalorização da História, do passado e da memória da população. Ainda de acordo com Coracini e Ghiraldello (2011, p. 24), “parece apontar para a cisão do sujeito e de sua natureza, própria dos tempos denominados (pós-) modernos”.

Nesse sentido, acredito na importância das populações e das marginalizadas, em particular, deixarem marcas de si em uma sociedade. E “deixar marcas de si”, no caso dos moradores no Conjunto de Favelas da Maré, por exemplo, implica em permanecer nas memórias de um grupo social e transmitir as narrativas de uma geração a outra. Tomando para si as narrativas sobre suas trajetórias.

Candau (2018) relaciona memória e identidade como elementos presentes no indivíduo, que podem ou não se manter e formar o que determinados grupos sociais concordam. Tem-se com isso, o entendimento de que a memória define como as narrativas são lembradas, denotando, assim, um sentido de acordo para o indivíduo e para o grupo. E aqui, concluímos que a identidade é, na verdade, “a memória em ação”, pois é por meio dela que se criam as narrativas de pertencimento identitário.

Trazendo a discussão sobre a memória coletiva e sua relevância para o contexto da Maré, percebemos que as lutas e os discursos contra hegemônicos podem ser um processo permanente no qual os saberes se perpetuam, mas também são revistos e transformados.

O território onde se localiza a Redes da Maré inicialmente denominado como Complexo da Maré teve o termo “complexo” instituído⁹. Algumas dessas favelas foram ocupadas por moradores que haviam sido removidos de outros espaços da cidade e outros escolheram o local para habitar, seja por questões financeiras, acessibilidade, relação afetiva, ou por outra razão.

O processo que constituíram as 16 favelas da Maré revela um dado impressionante, como apresenta Silva. Assim,

[...] nove foram construídas pelo Estado – Ramos e Nova Holanda; os conjuntos habitacionais Vila do João, Pinheiros, Esperança, Vila Pinheiros, Bento Ribeiro Dantas, Nova Maré e Salsa e Merengue. Outra localidade que nasceu organizada, o Parque União, surgiu de uma iniciativa de um grupo de militantes do Partido Comunista, no início da década de 1950. Eles organizaram a área e venderam lotes a preços módicos. As outras ocupações tiveram, de modo geral, um caráter mais espontâneo (Silva, 2015, p.45).

A área que desde 1994 é referenciada como Maré, localiza-se na zona norte da cidade – Área de Planejamento 3 (AP-3)¹². As 16 comunidades que compõem o território compreendem uma população de cerca de 140 mil habitantes (Censo Maré, 2012)¹⁰. Sua área é delimitada pelas Linhas Amarela e Vermelha, e a Avenida Brasil. A Maré possui, segundo relatório do Instituto Pereira Passos, o quarto pior IDH¹¹ (Índice de Desenvolvimento

⁹ A definição legal de favela, de acordo com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro, elaborado em 2011 a partir da Lei complementar nº 111, é uma área predominantemente habitacional caracterizada por ocupação clandestina e de baixa renda, precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e alinhamento irregular, ausência de parcelamento formal e vínculos de propriedade e construções não licenciadas, em desacordo com os padrões legais vigentes. Essa definição não está presente em legislações nacionais como a Constituição Federal ou o Estatuto da Cidade. O IBGE usa o conceito de "aglomerados subnormais" para descrever assentamentos precários, mas esse termo também engloba outros tipos de assentamentos precários que não são exclusivamente favelas. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Defini%C3%A7%C3%A3o_Legal_de_Favela

¹⁰ A Redes da Maré realizou o Censo Maré nos anos 2012/2013. Contou com o auxílio do Instituto Pereira Passos (IPP), da Prefeitura do Rio, que cedeu a base cartográfica digital (em arquivos de dados geoespaciais denominados *shapefiles*). O Censo IBGE de 2010 contou 135.989 moradores em toda a Maré, incluindo a favela de Marcílio Dias. Já o Censo local da Maré contou 139.073 habitantes.

¹¹ São 5 Áreas de Planejamento, estabelecidas pela divisão do território municipal a partir de critérios de compartimentação ambiental, de características histórico-geográficas e de uso e ocupação do solo. As 16 Regiões de Planejamento representam a subdivisão das Áreas de Planejamento e o agrupamento das Regiões Administrativas, segundo critérios de homogeneidade específicos, visando apoiar a organização das informações e a integração da ação descentralizada dos órgãos municipais na implementação de políticas públicas setoriais. Já as 33 Regiões Administrativas são formadas por um ou mais bairros, dos 162 existentes na Cidade, com fins administrativos. Assim, atendendo a diferentes finalidades e níveis de discriminação, as unidades territoriais vão se agrupando, desde o bairro até chegar à Área de Planejamento. Disponível em: <<https://pds-pcrj.hub.arcgis.com/pages/idades/>> Acesso em 25/07/2023.

Humano) da cidade do Rio de Janeiro e ocupa a 123^a posição num total de 126 bairros contabilizados pelo Índice de Desenvolvimento Social (IDS).

Existem 16 associações de moradores na Maré, cada uma corresponde a uma favela. A primeira associação criada foi a do Morro do Timbau, em 1954, em meio a uma série de investidas contra moradores da favela pelo poder público. A última a ser criada foi a de Nova Holanda, em 1984. Em termos de serviços públicos de educação e saúde, a Maré tem 46 escolas da rede municipal e três escolas de ensino médio, oito postos de saúde e uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Embora esses números pareçam suficientes, a procura é maior que a oferta, como por exemplo, as escolas de ensino médio, em particular, não conseguem atender à demanda do território. Segundo o Censo Maré, 52% dos estudantes entre 15 e 19 anos estavam matriculados em escolas fora da Maré. (Censo Maré, 2013, p.82).

Acabando de ler isso, você vai me perguntar: “Mas, você não disse antes que o Estado é ausente?” Disse, porque a presença do Estado se faz de diferentes maneiras, seja integrando a Maré à cidade e em outros momentos negando-a. Antes dessas conquistas, o Estado se fazia presente na região pela ação violenta dos agentes policiais. E atualmente, com toda a infraestrutura desses equipamentos, é o próprio Estado que interrompe os serviços quando determinam as operações policiais. Para elucidar essa afirmação, vejam a matéria recente no Jornal Maré de Notícias¹².

Figura 4 - Matéria do Jornal Maré de Notícias informando operação policial e interrupção de serviços na região.

¹² Fundado em 2009 pela Redes da Maré, o Jornal *Maré de Notícias* nasceu com a missão de informar e mobilizar a população do território. Disponível em <<https://www.mareonline.com.br>>

Ações coordenadas pelo governo do estado do RJ afetam direitos de moradores e não garante segurança pública

Nesta segunda-feira (16/10) aconteceu o 5º dia da 'Operação Maré', comandada pelo governo do estado do Rio, que deixou uma pessoa morta, mais de 13 mil alunos sem aula, cancelamento de atendimentos médicos e descumprimentos de determinações da ADPF das Favelas. No total são **13 favelas e mais de 120 mil moradores** afetados em 5 dias de ações.

COMPARTILHAR NOTÍCIA:


Inscreva-se

 Fonte: Site do Jornal *Maré de Notícias*, na data de 16 de outubro de 2023

É nesse bojo que propiciou a conformação de identidades distintas entre seus moradores, que resultam em disputas e diferentes noções de pertencimento ao território da Maré. Nesse sentido, a Redes e moradores denominam-se originários do Conjunto de Favelas da Maré, sob a perspectiva de desconstruir estigmas e o aspecto negativo do termo Complexo. Embora, como diz Brum (2011, p.11) “o estigma oscila, ganha força, adquire novas roupagens, mas que de um ou outro modo permanece, mantendo a discriminação sobre os moradores”.

O entendimento sobre esse território tem como pano de fundo as lutas cidadãs, onde grupos reivindicam por direitos, principalmente nos espaços inventados como a Maré que, como outras favelas, nasceu sob algumas ausências. As lutas por esse espaço devem ser debatidas sob a lógica da garantia do direito à cidade. No entanto, para além das conquistas materiais em torno de questões individuais e coletivas, os cidadãos das favelas da Maré vêm reivindicando e ressignificando outras narrativas. Compreende-se esse pleito sendo decorrente de um mundo globalizado, onde os corpos e causas se movimentam pela cidade. Esse complexo de lugares e territórios tem uma organização singular:



Figura 5 - Mapa do Complexo da Maré

Fonte: Prefeitura do Rio/SME/MultiRio – Bairros Cariocas

As lutas enfrentadas nas favelas da Maré são as batalhas por sua territorialidade, a negação à marginalidade colocada a esses sujeitos e a necessidade de reconhecimento dos seus direitos. Ainda assim, marcada por processos de exclusão, a Maré se impôs no cenário urbano da cidade do Rio de Janeiro. Neste sentido,

[...] cada favela carioca criou um território com estatuto próprio e distinto da cidade. Criou seus próprios códigos e deu origem a uma micronação. Obrigada a estruturar-se para sobreviver, é a obra máxima de uma pobreza precariamente assistida e a forma pela qual constitui um sucedâneo para as lacunas de cidadania (Lessa, 2000, p.297).

Assim sendo, a Maré como espaço diferenciado do ambiente da cidade, por ser lugar da exclusão, desenvolveu seus símbolos (modo de vida, espaços construídos), seus desejos, memórias, representações, ritualizações e estratégias de utilização desses locais, compostos de elos de solidariedades, identidade e experiências de vida. Para Silva (2006) e Gonçalves (2010), a mobilização dos moradores sempre esteve associada com o espaço onde moravam e, assim, em uma perspectiva de garantir os benefícios que a localização das favelas demandava. Portanto, não se resumia somente ao direito à moradia, que poderia ser assegurado em outras áreas distantes e isoladas da cidade.

Um espaço que simboliza o imaginário de lutas e construção de uma identidade coletiva, trazendo na memória do passado o significado para o presente e futuro, mas, diferente na sua dinâmica. Ao se levar em conta o dia-dia, se reconfigurando a todo o momento, sem, no entanto, perder a sua característica de integrar os indivíduos às memórias e ao sentimento de pertencimento ao espaço utilizado.

A Maré, da maneira como foi constituída, é um lugar dentro da cidade do Rio de Janeiro, marcada pelo medo, pela violência, pelas ausências. Apesar disso, para quem vivência, mais do que representar espaço de violência, esse território é um lugar, no qual estão solidificadas as relações pessoais e sociais, marcadas principalmente por laços afetivos e atuação. Ainda que a mídia tradicional tenha um papel importante na construção dos estereótipos de favela que não correspondem exatamente à realidade.

As representações realizadas sobre estes espaços são difundidas para justificar determinadas práticas sociais, econômicas e políticas sobre eles. No processo coletivo, com organização, pode-se avançar na construção de sujeitos potentes e transformadores, em uma sociedade que preconiza a exploração e o controle.

Para observar se o público atendido absorve a intenção e o discurso da ONG, na Seção 3.1 analisamos a entrevista que foi feita com um grupo de ex-alunos, alguns hoje funcionários/tecedores¹³. E, por fim, são realizadas as considerações finais, segundo as conclusões obtidas pela análise das entrevistas.

3.1. A REDES DA MARÉ DE BRAÇOS ABERTOS AO CARTÃO POSTAL

¹³ Tecedores é o termo usado para nomear as pessoas que ajudam a construir o tecido institucional. Comparando ao ramo empresarial assemelha-se a funcionários.

A trajetória do grupo fundador da Redes se mistura com a história das favelas cariocas, e das políticas públicas voltadas para esses territórios. O movimento de constituição das ONGs na Maré não foi um caso isolado. De acordo com Silva (2006, p.140), “as ONGs só eram reconhecidas em meios muito restritos”, porém, a partir da ECO 92¹⁴, foram adquirindo visibilidade nacional, por conta da ampla divulgação do evento nos meios de comunicação”. As instituições de base comunitária foram se desenvolvendo a partir do engajamento da sociedade civil, no caso dos moradores, movimentos sociais, associações de bairro, espaços paroquiais e espaços alternativos. O Brasil, na década de 1990, vivenciava os desdobramentos da democratização e reabertura política, ocorrida entre a Anistia assinada em 1979 e a eleição presidencial, mesmo que indiretamente, em 1985. O mundo passava por mudanças na conjuntura política e econômica, devido aos acontecimentos de grande relevância internacional, como a queda do muro de Berlim, em 1989.

Naquela época, em decorrência dos vários problemas e críticas ao modelo de gestão burocrática, além da busca por atender novas demandas sociais estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, a administração pública brasileira passou por reformas. Esse processo se deu por meio de Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE)¹⁵, inserido a partir de 1995 sob o comando do governo Federal na gestão do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 1999), que objetivava mudanças constitucionais em oposição ao modelo de administração do Estado implementado por governos anteriores.

Sob esse cenário, uma das medidas tomadas para atingir a eficiência desejada pela administração pública foi à descentralização de diversos serviços de interesse coletivo executados diretamente pelo Estado, processo denominado de publicização¹⁶. Assim, diversas entidades privadas sem fins lucrativos, ou seja, organizações da sociedade civil passaram a ser

¹⁴ A ECO-92 foi a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro no ano de 1992. A Conferência teve desdobramentos importantes dos pontos de vista científico, diplomático, político e na área ambiental, além de ceder espaço aos debates e contribuições para o modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável.

¹⁵ Reforma Gerencial foi uma reformulação da gestão pública no país que buscava implementar o gerencialismo e tornar a administração pública mais eficiente. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf> Acessado em: 23/09/2023.

¹⁶ BRASIL. Ministério da Economia. Publicização de atividades. [Brasília]: Ministério da Economia, [2023]. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/transformagov/catalogodesolucoes/publicizacao-de-atividades>> Acesso em: 26/set/2023.

responsáveis por esses serviços não exclusivos e centralizados nas de áreas como saúde, educação, meio ambiente, cultura, e ciência e tecnologia. Assim,

[...] cabe ao Estado assegurar a prestação do serviço, por meio da regulação, do compartilhamento da responsabilidade pela execução e do financiamento. A reforma propunha como estratégia para descentralizar os serviços públicos, mantendo a responsabilidade fiscal e regulatória do Estado, o fomento às organizações sem fins lucrativos, cuja finalidade consistiria em prestar serviços de interesse público com métodos de funcionamento do setor privado, submetidas ao controle estatal e social (Vieira, Júnior e Garcia, 2018, p. 3).

O contexto histórico, econômico e social por qual passava o país, e especialmente a cidade do Rio de Janeiro, abriu espaço e traçou as bases para a institucionalização de Organizações Sociais (OS), por meio da Lei nº 9.637 de 1998, e de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), regulamentadas pela Lei nº 9.790 de 1999. Essas leis trouxeram a possibilidade das pessoas jurídicas (grupos de pessoas ou profissionais) de direito privado e sem fins lucrativos serem qualificadas, pelo Poder Público, como OSCIPs e poderem “relacionar-se por meio de parceria, desde que os seus objetivos sociais e as normas estatutárias atendam os requisitos da lei”. As entidades assim qualificadas são capazes de estabelecer parcerias com a administração pública, visando serviços mais eficientes e de qualidade. Como exemplos, podemos mencionar os projetos realizados dentro das escolas, que ajudaram a melhorar a frequência de alunos, e a Ação Civil Pública da Maré¹⁷, que é uma presença muito marcante no Complexo da Maré, durante muitos anos, foi a Igreja Católica, que foi a responsável pela formação de lideranças e iniciativas à frente de lutas coletivas no cotidiano dos moradores. É entre essas duas décadas de 1980 e 1990 que os movimentos sociais, ONGs e novos arranjos partidários têm ressignificado lutas e intervenções políticas no local.

Mesmo após esse histórico de lutas e alguns avanços, a relação entre as políticas públicas estatais e as favelas sempre foram pautadas como solução para um problema de

¹⁷ Ao longo dos anos foi a Redes da Maré percebeu que as violações de direitos fundamentais que aconteciam durante as operações policiais na Maré eram constantes e permanentes. São violações de direitos contra a pessoa (invasão de domicílios, violência física, psicológica, ferimento e morte por armas de fogo) ou atingem a coletividade (desrespeito ao direito de ir e vir, de acessar equipamentos públicos de educação e saúde, por ação judicial coletiva sobre Segurança Pública para favelas do Brasil, que determinou o cumprimento de uma série de medidas para a redução de danos e riscos durante as operações policiais. Neste sentido, a Ação Civil Pública da Maré busca garantir o respeito às leis já existentes, bem como o direito de ir e vir e o respeito à vida de todas as pessoas que vivem na Maré.

âmbito social, mas apesar disso, a memória da organização e das lutas dos moradores não foi compartilhada por todos. O espaço da favela continuou sendo estigmatizado, o que refletiu nas relações sociais e econômicas e pôde ser caracterizado pelo não pertencimento à cidade.

Para autores como Brum (2010) e Gonçalves (2015), os órgãos estatais vêm considerando a favela, desde a Primeira República, como um “problema” e seus moradores como marginais, o que implica em preconceitos quanto à origem e suas qualidades morais. Com isso, as definições oficiais de favelas se basearam nas ausências de requisitos que os fariam parte integrante da cidade (Valladares, 2005).

As contextualizações sobre esses locais se associam às representações negativas e que consequentemente influenciam no silenciamento e apagamento da memória dos moradores.

Passado mais de meio século desde as primeiras moradias na Maré, os moradores continuam sofrendo com as violações de direitos, permanecendo escondidos ou subalternizados no cenário histórico para a cidade. A consequente naturalização da negação e violação de direitos desumanizam as vidas nas favelas, gerando um silenciamento. Esse hiato impulsiona os moradores e organizações da sociedade civil a romper com os ciclos de silêncios; um exemplo disso, foram os 10 entrevistados, que representam 100%, informarem, com firmeza, que moram na MARÉ, especialmente os que passaram pelo Pré-vestibular do CEASM e da Redes da Maré.

Essas ocorrências impactam diretamente nos processos de disputas e que ainda são diárias, como ação do tráfico de drogas, os meios de comunicação que destacam a violência dos grupos armados e consequentemente enfraquece o saber, a cultura e as práticas populares.

Na Maré, o surgimento das ONGs ocorreu também nos anos de 1990. Nessa época, vários moradores se reuniram em projetos coletivos para a região, alguns com formação em movimentos políticos de esquerda e pela teoria da libertação da Igreja Católica, materializada nas chamadas Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs)¹⁸. A aproximação entre Igreja Católica com o PT (Partido dos Trabalhadores) está intimamente relacionada com a Teologia da Libertação que teve importante papel na fundação desse partido após a redemocratização do país no início da década de 1980.

¹⁸ As Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs) constituíram-se num esforço de parte da Igreja católica de aproximar-se das camadas mais pobres da população e seu conteúdo foi desenvolvido por teórico/teólogos da Teologia da Libertação (Mariz, 1993).

A criação de um projeto de pré-vestibular comunitário, surge dentro de um contexto histórico no final dos anos de 1990, onde a luta pela democratização do ensino superior se intensificava através do crescimento de cursos preparatórios populares e da militância em prol das políticas de ação afirmativa. A iniciativa começou quando um grupo de moradores e ex-moradores da Maré decidiu utilizar suas experiências de militância para pensar numa forma de intervenção educacional que de alguma maneira pudesse contribuir para melhorar os índices da educação local.

Embora afastados da militância política na Maré¹⁹, no final dos anos de 1980, em que eram influenciados pela linha teórica/teológica da Igreja Católica, chamada de Teoria da Libertação. Esse grupo, com a ideia de intervir no bairro, fundou em 1997 o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM) – criando a primeira atividade da ONG, o Curso Pré-Vestibular Comunitário, popularmente chamado de CPV. Até o ano de 2004, o CPV-Maré promoveu o ingresso de 477 de seus alunos ao Ensino Superior (Silva, 2006).

No entanto, o desejo do grupo, ao que parece, não era ajudar somente moradores a ingressarem na Universidade. E sim, promover o engajamento político. Para tal, se materializou orientações de intervenção na realidade local, e formulou-se a “Carta de Compromissos”, elaborada por alunos selecionados para ingressarem no CPV-Maré. Ali se define que o

[...] CPV-Maré, projeto desenvolvido pelo Ceasm, tem como um de seus principais objetivos contribuir para seu acesso a uma formação qualificada. Esta formação visa auxiliá-lo(a) na realização de vários concursos e, em especial na prova do vestibular e a conquista de uma vaga na Universidade Pública. Mas não é só esse o objetivo almejado pelos integrantes do Ceasm. Na verdade, ser aluno do CPV –Maré significa estar inserido num projeto de transformação social, que passa pela compreensão da necessidade de se criar na Maré ações coletivas voltadas para superação de algumas das dificuldades vividas pelas crianças, jovens e adultos de nossas localidades. É um projeto ambicioso e fundamental que pretende mudar essa nossa sociedade tão desigual e marcada historicamente por injustiças (CEASM, 1998, p.1).

O CEASM ainda faz uso dessa premissa descrita na Carta de Compromissos elaborada em 1998. O curso funciona com apoio de colaboradores e professores voluntários que em sua maioria foram ex-alunos.

¹⁹ A trajetória militante e política dos fundadores é apresentada em diversos momentos e espaços, como exemplo às aulas inaugurais.


Passados dez anos de ações contínuas do grupo gestor do CEASM e fortemente focadas no eixo de educação e cultura, somados ao aumento da violência armada na região, o coletivo divergiu na condução da ONG no tocante aos temas que queriam tratar. Nessa época, a questão da violência e da regulação da ordem social da favela não era do interesse de todos os integrantes, somente de alguns. Diante disso e da percepção referente às características diversas de cada uma das 16 favelas da Maré, o grupo se separou.

Em 2007, fruto de um processo de atuação já existente, com um pensamento voltado para ações de longo prazo e de âmbito global, o novo coletivo fundou a Redes da Maré. Na aula inaugural do Curso Artes, memórias e identidades ofertada na Redes em junho de 2023 e do qual estava inscrita como aluna, a fundadora Eliana Sousa Silva²⁰ contou a história da fundação da Redes e afirmou que: “o desejo de produzir uma intervenção, de longo prazo, no espaço da Maré, de forma a identificar as variáveis que limitam o exercício cotidiano da cidadania dos seus moradores” era o desejo maior desse novo grupo.


Os cursos de pré-vestibular na Redes, assim como no CEASM, foram considerados o primeiro projeto das Instituições. O termo de compromisso dos alunos da Redes da Maré difere daquela, onde se destaca mais sobre o funcionamento do curso e não sobre suas faltas, como demonstra a figura abaixo:

Figura 6- Termo de Compromisso do Curso Pré-Vestibular na Redes

²⁰ Eliana Sousa Silva foi moradora da Maré por mais de vinte anos, entre 1969 e 1997. Nunca rompeu os laços com o território. Doutora em Serviço Social pela PUC- RJ, atua por melhores condições de vida na Maré e se posiciona na linha de frente na luta por direitos humanos e educação, sempre legitimando a produção de conhecimento e cultura do território.



CURSO PRÉ-VESTIBULAR



TERMO DE COMPROMISSO

Eu, _____, aluno do projeto **Rede de Saberes**
 – Pré-Vestibular da Redes da Maré, comprometo-me a:

1. Comparecer às aulas que acontecem de segunda-feira à sexta-feira de 18h30 às 22h45;
2. Comparecer às atividades extra-classe, às aulas de campo, os aulões, e simulados que a coordenação considera importante para a formação do aluno;
3. Contribuir para a manutenção da limpeza e conservação das salas de aula e das demais dependências dos prédios aonde acontecem as atividades, bem como, de seus equipamentos e mobiliário.
4. Ter presença em 75% das aulas por mês.
5. Comunicar à equipe do projeto qualquer impedimento que impossibilite continuar frequentando às aulas, bem como justificar as faltas.

Estou ciente de que os matriculados que **faltarem à primeira semana de aulas ou tiverem mais de 30% de faltas nas duas primeiras semanas**, serão automaticamente desligados do curso e as respectivas vagas serão preenchidas pela convocação dos candidatos que aguardam vaga em lista de espera.
 Estou ciente de que o descumprimento de qualquer dos itens citados acima pode me levar a perda da vaga no curso, cedendo-a para aqueles que aguardam vaga na lista de espera e dispostos a cumprir as atribuições dos alunos.

Fonte: Documento disponibilizado pela Coordenadora do Pré-Vestibular-2024

No que se refere aos pilares teóricos do que se é praticado na instituição, a Coordenadora Luana Silveira, afirma que é feito no convívio diário com os alunos. Segundo Luana, “*a formação proporciona o desenvolvimento da reflexão crítica sobre as diferentes sociedades, enfatizando a defesa e garantia dos Direitos Humanos e o respeito à diversidade*”. Assim, deixa evidente que os objetivos das aulas e encontros estão além de ampliar a trajetória escolar de cada um. A vontade descrita no projeto e disponibilizada no site institucional, expõe o desejo de produzir uma educação crítica entre os moradores, promovendo uma consciência de cidadania e a construção de pensamentos autônomos, estimulando o intuito de transformação da sociedade.

Embora a atuação do governo (aqui, refiro-me a gestão do Fernando Henrique Cardoso) tenha contribuído na legitimação das instituições não-governamentais, as parcerias necessárias ao funcionamento da Redes da Maré não foram facilitadas. Uma gama de exigências para assinatura de contratos, convênios, dificultaram os anos iniciais da instituição, exemplo disso foi esperar três anos de fundação, inscrições em órgãos municipais e estaduais para poderem fechar parcerias com grandes empresas, como a Petrobras. Dentre as cobranças exigidas, havia um congelamento da cisão entre o CEASM e os fundadores da Redes, resultando em trabalho voluntário por parte de alguns colaboradores.

O prédio-sede da Redes da Maré é na Nova Holanda, situada na Rua Sargento Silva Nunes, 1012. Este equipamento foi construído quando o grupo gestor era do CEASM, mas como o financiamento da construção foi conquistado através do contato da Eliana Sousa Silva, o edifício ficou sendo da Redes da Maré. A aquisição desse espaço foi permeada por

disputas, pois até então o único espaço físico do CEASM era localizado no Morro do Timbau, região de parte da diretoria (Claudia Rose, Carlinhos, Maristela), enquanto a Nova Holanda, é a área da outra parte (Eliana, Léa, Edson). Era notório o desejo de conseguir fixar um espaço em outra favela, além do morro. A justificativa utilizada era de ampliar o atendimento, já que havia uma fronteira, às vezes imaginária, por parte dos moradores, de acharem que não podiam trafegar entre uma favela e outra.

No Conjunto de Favelas da Maré, atuam forças políticas que disputam o espaço, onde se encontram grupos armados, instituições públicas como escolas e unidades de saúde, coletivos locais e organizações não-governamentais (ONGs). Nesse contexto, a Redes da Maré se constitui como um dos atores políticos locais cuja atuação, em parte, tem levado à transformação do território mareense.

A atuação institucional da Redes está associada à mudança do bairro Maré a partir de múltiplas possibilidades de incidir no espaço. Ainda que as realizações da Redes possam estar atreladas ao desenvolvimento de uma relação identitária com o local, podemos apontar algumas iniciativas como o Censo (realizado a partir de 2013): Esse trabalho foi iniciado no ano 2000, quando parte da direção integrava o CEASM. O Jornal Maré de Notícias, Livros, Guias e o Museu a Céu Aberto se constituem como ferramentas de uma identidade territorial na Maré e estes produtos estão disponibilizados no site institucional.

A realização do Censo por um coletivo oriundo da região, mesmo tendo um órgão governamental que realiza a pesquisa a cada dez anos, se deu para atender às demandas locais, às singularidades e práticas sociais que não existiam nos dados oficiais. O levantamento censitário consegue apresentar outra forma de construir narrativas sobre a Maré. O Censo de Empreendimentos, por exemplo, fez um levantamento dos negócios e dos empregos gerados pelas suas atividades. Tal mapeamento foi uma parceria da Rede de Desenvolvimento da Maré com o Observatório de Favelas, em 2012.

O nome da instituição iniciando com a palavra “Rede” não é por acaso: a função articuladora da iniciativa é uma característica chave, visto que além de promover diversas pontes por todo o território, realiza parcerias de diversos tipos e espaços do Rio de Janeiro e arredores, envolvendo artistas, coletivos, ativistas, jornalistas, figuras públicas, pesquisadores, educadores, laboratórios de extensão universitária, empresas e fundações.

A seguir, apresento alguns eixos de atuação do Redes: projetos, espaços, cursos, distribuição de seus atores, as suas parcerias internas e externas, entre outros. Um breve panorama de algumas das atividades desenvolvidas pode ser ilustrativo no sentido de perceber a ligação entre suas ações, a construção de novas narrativas e a contribuição na formação de memórias coletivas.

O convido a olhar a página institucional, pois são muitas articulações e parcerias e não queremos correr o risco de esquecer de alguma.

Após a reformulação institucional no ano de 2022, os eixos receberam novas nomenclaturas:

- **Direito à Saúde:** surge como um desdobramento da estratégia desenvolvida pela Redes da Maré para enfrentar a pandemia da covid-19. Em 2020, em parceria com a Fiocruz, Dados do Bem, SAS Brasil, Conselho Comunitário de Manguinhos e da União Rio, a Redes da Maré criou o Conexão Saúde, projeto de testagem e atendimento em saúde para a Maré que reduziu a mortalidade no território em 86% (Relatório anual, 2022);
- **Direitos Urbanos e Socioambientais:** foca em estrutura urbana e meio ambiente. Resultado do acúmulo do antigo eixo de Desenvolvimento Territorial que, até o final de 2021, além de questões do direito urbano e socioambiental vinculados à organização e qualificação do espaço urbano, tratava de temas como mulheres e gênero, redução de danos e políticas de drogas;
- **Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça:** investe nas tecnologias sociais e na construção de narrativas que rompam o estigma da Maré como território violento;
- **Educação:** investir em propostas educacionais que contribuam para formar indivíduos livres de conceitos machistas, sexistas e racistas;
- **Arte, Cultura, Memórias e Identidades:** tem o intuito de alcançar dois objetivos principais: ampliar o acesso dos moradores da Maré a experiências artísticas e culturais, oferecendo oportunidades de produção para artistas amadores e profissionais; e preservar e divulgar a memória do território,

fortalecendo a identidade local e contribuindo para uma visão mais inclusiva e menos preconceituosa sobre a favela;

- **Incidência política:** O termo, muito usado por organizações da sociedade civil, refere-se às ações e estratégias utilizadas por movimentos sociais para influir sobre políticas públicas. A prática sempre fez parte da metodologia de trabalho da Redes da Maré, cuja história tem sido uma resposta à omissão do Estado no território. Agora, no entanto, a incidência ganhou uma equipe dedicada.

Compreender a Maré a partir da atuação da Redes da Maré requer a compreensão da noção de território como uma base na qual a imensa variedade de atores humanos e institucionais, isto é, pessoas, coisas e espaços, se comunicam e se relacionam.

Retomando Milton Santos (2014), entende-se o território como formas e ações, significando que o espaço humano é habitado, expressado como lugar, que é construído socialmente. A reflexão do autor nos ajuda a compreender que, “o território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São, todavia, os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, divergentes ou opostas” (Santos, 2014, p. 138).

Ratificando o autor, os espaços em que a rede não chega podem ser entendidos como os espaços banais, já que não são suportados por ela, visto que ela atende apenas estruturas de poder em que só alguns têm acesso (Santos, 2014).

Esse entendimento nos remete ao fato da proposta institucional não estar fisicamente, embora esteja constantemente nas 16 favelas da região para atender os 140 mil habitantes. O limite também está presente na divisão imaginária por parte dos moradores que não circulam entre uma favela e outra, principalmente de facções diferentes. Ainda assim, isso gera oportunidades para que a Redes da Maré construa a sua rede no território, evidenciando potencialidades locais e explorando-as com o intuito de qualificá-las, desenvolvendo consequentemente engajamento e inclusão social. A instituição tenta ampliar a oferta de atividades, pois de um único prédio conquistado ainda na outra ONG, hoje possui dezesseis que são denominados de equipamentos e estão distribuídos entre a Vila do João e Parque União (Ver mapa da Maré na página 30).

Debruçando sobre ideias e afirmações até aqui elaboradas, vale pontuar sobre um tópico particular na relação entre atores e atividades na Maré. O CEASM, quando foi criado, tinha um discurso muito eloquente de fortalecimento da identidade, nas aulas das quais frequentei. As filosofias²¹ de Karl Marx e Antonio Gramsci²² eram debatidas e defendidas para a formação do aluno/intelectual orgânico. O pensamento de ambos dialogava, no sentido de defenderem a opressão de um grupo sobre outro. Mas, no caso da ONG, era necessário que o aluno com mais conhecimento interviesse amplamente no território. Da fundação ao ano de 2004, saíram alguns nomes como: Marielle Franco²³, Lourenço Cezar²⁴, Monique Menezes²⁵, Renata Souza²⁶, entre outros.

Nos anos iniciais da Redes da Maré é possível notar nos discursos, em algumas práticas como as aulas do Pré-vestibular, no Regimento Interno, Termo de Compromisso dos alunos, a continuidade da filosofia que contribuiria na visão da diretoria referente à formação do cidadão enquanto intelectual orgânico, ou seja, um morador crítico e transformador de sua realidade.

Podemos, sob essa observação, afirmar que a Redes possui 2 momentos ou 2 gerações. Entre 2007 e 2014, a maioria dos projetos e ações estavam pautadas na valorização do indivíduo, reforçando a crença de que, quem ampliasse a trajetória escolar/acadêmica teria mais capacidade em intervir na região. Exemplo disso, é a quantidade de projetos no eixo de Educação (tabela 1). Vale destacar aqui, que a tabela apresenta o ano inicial como 2009,

²¹ Esses autores (Karl e Gramsci) acreditavam que numa sociedade de classes não existiam intelectuais autônomos em relação à estrutura social.

²² Criou o conceito de Intelectual Orgânico para compreensão da determinação da hegemonia social e política de um grupo dominante sobre o grupo subalterno.

²³ Marielle Franco foi uma socióloga, ativista e política brasileira. Filiada ao Partido Socialismo e Liberdade, elegeu-se vereadora do Rio de Janeiro para a Legislatura 2017-2020, durante a eleição municipal de 2016, com a quinta maior votação. Assassinada em 14 de março de 2018, onde o crime ainda não foi solucionado, Marielle continua a inspirar, conectar e potencializar mulheres negras, pessoas LGBTQIA+ e periféricas a seguirem movendo as estruturas da sociedade por um mundo mais justo e igualitário.

²⁴ Lourenço Cezar: geógrafo, professor universitário, diretor do CEASM, Cofundador do Museu da Maré e Colunista do Jornal "Fala Manguinhos".

²⁵ Monique de Menezes é Cientista Política, graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense, Mestre e Doutora em Ciência Política e Superintendente de Parcerias e Concessões do Governo do Estado do Piauí.

²⁶ Renata Souza é jornalista, redatora, feminista negra, militante dos direitos humanos, eleita à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em 2018, primeira mulher negra presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ.

porque os registros documentais de 2007 a 2008 não foram devidamente registrados e arquivados. Conforme informado pela Coordenadora do NUPEM, Bianca Cambiachi.

Tabela 1 – Panorama simplificado das ações da 1ª geração (anos iniciais)

Arte e Cultura	Biblioteca Popular Escritor Lima Barreto	De 2009 até hoje	Equipamento	Moradores da Maré
Desenvolvimento Territorial	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares	De 2009 a 2011	Pesquisa	Professores da rede pública, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e enfermeiros
Educação	Curso Pré-Vestibular	De 2009 até hoje	Curso	Adolescentes e Jovens
Educação	Preparatórios para o 6º ano do ensino fundamental e para o ensino médio	De 2009 até hoje	Curso	Crianças e adolescentes
Educação	Conectando	De 2009 até hoje	Curso	Moradores da Maré
Educação	Vínculos Solidários	De 2009 até hoje	Atendimento	Crianças
Educação	Encontros de Formação	2009	Curso	Tecedores
Educação	Debates em Rede	2009	Evento	Moradores da Maré
Educação	Programa Criança Petrobras na Maré (PCPM)	De 2009 a 2014	Atendimento	Alunos, pais/responsáveis e professores
Educação	Projeto Viver com Arte	2009	Curso	Jovens
Educação	Curso de Línguas	2009 a 2011	Curso	Crianças, adolescentes e jovens da Maré
Segurança Pública	Programa Legítima Defesa: Diálogos sobre Segurança Pública na Maré	De 2009 a 2015	Incidência Política	Moradores da Maré
Comunicação	Maré de Notícias	De 2009 até hoje	Distribuição de jornal	Moradores da Maré

Fonte: Dados obtidos junto ao Núcleo de Pesquisa e Monitoramento da Redes – NUPEM

Já esse quadro demonstra o que identificamos como sendo as atividades que caracterizam a 2ª geração da instituição, onde ampliam as ações para além de atendimento direto, desenvolvendo a atuação no campo da incidência política. É nessa perspectiva, que a ONG Redes da Maré propõe suas ações no sentido de promover o sentimento de

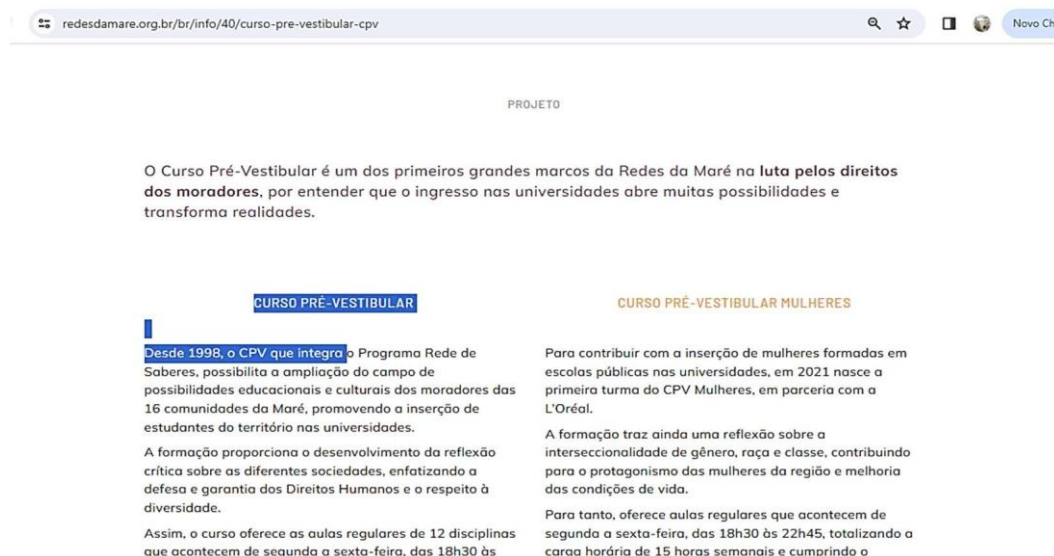
pertencimento dos moradores, de forma a construírem narrativas que rompam com os estereótipos instalados sobre o povo desses territórios estigmatizados.

A luta por investimentos na educação e igualdade de oportunidades não é novidade, pois o acesso à educação é um projeto inacabado no Brasil. De acordo com o Censo de 2010 (IBGE), a taxa de analfabetismo da Maré pode ser considerada alta se comparada à cidade do Rio de Janeiro. Enquanto a taxa da Maré gira em torno de 8%, a do município fica em torno de 3%. Ou seja, a Maré tem quase três vezes mais analfabetos do que a média da cidade. Em razão disso, dos 160 bairros que compõem a cidade do Rio de Janeiro, a Maré ocupa a 157ª posição em termos de desenvolvimento humano (Diniz, 2017, p.122).

Em relação aos dados correspondentes ao número de universitários ou de adultos que cursaram o ensino superior, estes são opostos. Assim, enquanto a Maré tem uma taxa de universitários próxima a 1,5%, na cidade do Rio, esse número salta para algo perto de 25% (Diniz, 2017, p. 122). Foi a partir da identificação de um baixo percentual de moradores universitários que os cursos de pré-vestibular do CEASM e da Redes foram criados. Contudo, os dados sobre universitários na Maré ainda são disputados.

A pesquisa documental identificou que, quando a Redes da Maré contabiliza os aprovados, faz considerando os aprovados no CEASM, dos anos em que parte da diretoria atuou por lá. Dados: No período de 1999 até 2021 foram 1.126 aprovações. 1º, 2º e 3º lugar no ranking de aprovações das universidades públicas – UERJ, UFRJ e UFF (Redes da Maré, 2023). Abaixo, segue print da tela em que a instituição data o início do pré-vestibular com o ano de 1998:

Figura 7 - Texto da Redes da Maré que informa a inauguração do Pré-vestibular



Fonte: Site Redes da Maré, 2023 (<https://www.redesdamare.org.br/>)

No entanto, isso não é um quadro fácil de construir, exemplo disso são os intelectuais orgânicos citados na página anterior, que são resultados do trabalho e intenção desenvolvidos ao longo de anos. Para verificar e comparar se as intenções das duas ONGs, referentes ao objetivo do curso pré-vestibular foram alcançadas, entrevistei 10 ex-alunos, sendo 5 de cada instituição. Essa verificação também nos responde sobre como a construção de novas narrativas é atingida pela Redes da Maré.

Foi possível identificar que, a instituição objetiva e vem fomentando experiências e conhecimentos que ofereçam um novo olhar sobre a realidade, visando à superação de estereótipos sobre esses territórios entre a sociedade em geral e entre os próprios moradores. Todas as ações vislumbram sob este viés, mas no que consideramos 1ª geração, elas estavam concentradas no eixo de educação. Nesse sentido, se mantém até o presente momento o Curso de Pré-vestibular que foi o primeiro projeto da instituição e é o primeiro grande marco na luta pelos direitos dos moradores, por entender como explica Eliana Sousa Silva “*que o ingresso nas universidades abre muitas possibilidades e transforma realidades*”²⁷. Após o curso Pré-vestibular, houve diversas iniciativas para a ampliação da Redes, que denominamos aqui de “2ª geração”:

²⁷ Afirmação extraída no primeiro dia da aula do curso “Arte, cultura, memória e identidades”, onde a direção apresenta a instituição. O curso foi oferecido entre junho e julho, no Centro de Artes da Maré.

Tabela 2 – Panorama simplificado das ações da 2ª geração

Identidades e Memórias	Núcleo de Memória e Identidade da Maré	2014, 2017, 2022	Pesquisa	Moradores da Maré
Identidades e Memórias	Maré a Céu Aberto	2018 e 2019	Pesquisa Curso	Não informado no relatório
Identidades e Memórias	“Chá com as Avós: as Griôs da Maré	2018 e 2019	Evento Pesquisa	Mulheres idosas
Desenvolvimento Urbano e Socioambiental	A Maré que queremos	De 2011 até hoje	Incidência Política	Associação de moradores das 16 favelas do Complexo da Maré
Desenvolvimento territorial	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares	De 2009 a 2011	Pesquisa	Professores da rede pública, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e enfermeiros
Desenvolvimento territorial	Pesquisa e formação com jovens do Festival WOW	2019	Pesquisa Curso	Jovens mulheres
Segurança Pública	De olho na Maré	De 2021 até hoje	Pesquisa	Moradores da Maré
Segurança Pública	Somos da Maré. Temos direitos!	2012, 2013, 2016, 2018, 2019, 2022	Incidência Política	Moradores da Maré
Segurança Pública	Programa Legítima Defesa: Diálogos sobre Segurança Pública na Maré	De 2009 a 2015	Incidência Política	Moradores da Maré
Segurança Pública	Incidência em Políticas de Segurança Pública	2016	Incidência Política	Pesquisadores, trabalhadores e gestores do campo da Segurança Pública

Fonte: Dados obtidos do Núcleo de Pesquisa e Monitoramento da Redes – NUPEM

O quadro acima mostra ao leitor o movimento que a instituição vem fazendo para o desenvolvimento de políticas públicas, pois suas ações têm foco no desenvolvimento local. A Redes da Maré recentemente estruturou a área de Incidência Política e, como pontua Bianca Cambiachi, esse termo é muito usado por organizações da sociedade civil e refere-se às *“ações e estratégias utilizadas por movimentos sociais para influir sobre políticas públicas”*,

explicou a Coordenadora do NUPEM e entrevistada para esta pesquisa em 20 de julho de 2023.

A prática sempre fez parte da metodologia de trabalho da Redes da Maré, cuja história tem sido uma resposta à omissão do Estado no território. No entanto, a incidência ganhou uma equipe dedicada. As ações têm como pilares compreender o cotidiano dos moradores da Maré de lado a lado da produção de dados; fortalecer a articulação territorial; mobilizar lideranças e instituições locais; e ampliar parcerias.

No tocante à área de Incidência, a Redes atua:

- **Na representação em Conselhos de Direitos:** Conselho Estadual de Direitos Humanos, Conselho Municipal de Direitos das Mulheres, Conselho Municipal de Favelas, Conselho Estadual de Juventude, Conselho Municipal de Segurança Alimentar, e Conselho da Cidade do Rio de Janeiro;
- **Na presença regular em espaços de participação local:** Conselho Distrital de Saúde, Conselhos Comunitários de Segurança, Fórum das Associações de Moradores da Maré, Fórum de Saneamento Básico da Maré, Fórum sobre População em Situação de Rua, Fórum de Drogas e Cuidado dos Moradores da Maré, Fórum de Maternidade, Colegiado Gestor das Unidades Básicas de Saúde da Maré, Conselho de Ética e Pesquisa do Hospital Federal de Bonsucesso, Rede de Apoio às Mulheres da Maré - RAMM e outros;
- **No apoio aos eixos da Redes da Maré no acompanhamento de processos judiciais, em que a instituição figura como *amicus curiae*:** Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635 (ADPF das Favelas), sobre letalidade policial no Estado do Rio de Janeiro, no Supremo Tribunal Federal; Ação Civil Pública (ACP) da Maré sobre Segurança Pública, no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ); ACP sobre Saneamento Básico da Nova Holanda, no TJRJ.

Diante da breve apresentação das ações e articulações realizadas pela Redes da Maré, foi possível notar que os pressupostos políticos da instituição perpassam por todas as atividades. Embora, sem pretensão de ser somente um espaço de transmissão de conhecimento, mas de ser um local que contribua nas relações sociais dos moradores, a ONG.

4. MARÉ CHEIA: O ARQUIVO DA REDES DA MARÉ E SEU POTENCIAL DE USO NA CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA E NARRATIVAS

Nesta seção trataremos sobre o arquivo da Redes da Maré, ou melhor os arquivos, pois a instituição não possui arquivo central e sim descentralizados, distribuídos nos setores, e projetos responsáveis por produzirem e acondicionarem os documentos. Tentaremos também apresentar como a instituição usa as informações contidas nos documentos e se estes, registram as narrativas contadas a partir do que a ONG desenvolve na Maré.

Buscou-se compreender a partir de dois eixos centrais: seu território, analisando sua complexidade junto à dinâmica social da cidade e suas ações a partir da visão da Arquivologia. Constatamos na pesquisa que o papel do conjunto documental da Redes é registrar suas ações, que servem para contextualizar, afirmar ou desconstruir diferentes narrativas vivenciadas no território. Além de comprovar gastos e, assim, apresentar as comprovações nas prestações de conta aos patrocinadores e nos Editais.

Neste sentido, é importante apreender que por “arquivo” e “documento arquivístico” há o entendimento já consolidado de que se distinguem, embora estejam inter-relacionados e, portanto, devem ter suas características individualizadas. De acordo com Santos (2018), o documento arquivístico está vinculado a uma ação específica, aqui denominada “atividade”, enquanto o arquivo refere-se ao conjunto das ações da instituição, ou seja, suas funções.

É de fundamental importância delimitar o arquivo e as responsabilidades da Redes da Maré, de forma que garantam a preservação e o acesso adequado aos documentos de valor histórico, probatório e informativo. Para isso, abordaremos os períodos que compõem a idade documental, pois estão diretamente ligados aos valores administrativos e históricos da informação contida nos documentos.

Na perspectiva de Lopes (2009), a associação entre idade e valor implica na crença de que, na primeira idade (corrente), os documentos possuem valor primário, ou seja, são de interesse para o uso administrativo. A partir desses marcos legais, importantes no delineamento da gestão de documentos no Brasil, precisamos explicar a fundamentação metodológica que leva à prática. Dentre essas abordagens está o caso do ciclo de vida e ou ciclo vital dos documentos congruentes ao modelo que galga seus primeiros passos a partir do conceito de

gestão de documentos de James Rhoads²⁸ adotado e difundido pelos Estados Unidos e UNESCO.

Ao examinar o conceito de gestão de documentos que foi estabelecido pela Lei dos Arquivos, constatamos que o processo envolve o ciclo de vida dos documentos. A noção de ciclo documental, também conhecida como Teoria das Três Idades, foi desenvolvida no século XX, especificamente na década de 1950. Logo, podemos ressaltar a importância que a teoria das três idades teve na origem da gestão documental, colocando como elemento imprescindível à otimização dos recursos informacionais (Moreno, 2015; Infolfo, 2007).

Nesse contexto, de acordo com Infolfo (2007), a gestão de documentos pressupõe a intervenção no ciclo de vida dos documentos por meio de um conjunto de operações técnicas e processos que regulam todas as atividades dos arquivos correntes e intermediários, com o intuito de controlar e otimizar as atividades desde a produção e utilização até a destinação final dos documentos. A Teoria das Três Idades estabelece uma classificação dos arquivos em três fases distintas:

Tabela 3 - Ciclo de vida de documentos

1ª idade- Arquivo Corrente	Documentos vigentes; frequentemente consultados
2ª idade – Arquivo Intermediário	Documentos raramente consultados; que aguardam prazos longos de prescrição ou precaução; final de vigência.
3ª idade – Arquivo Permanente	Documentos que perderam a vigência administrativa, porém são providos de valor secundário ou histórico-cultural.

Fonte: Adaptado pela autora, baseada em Bernardes, 1998.

²⁸ James Rhoads apresentou um programa geral de Gestão de Documentos a ser adotado nos países em desenvolvimento, para que assim se alcance economia e eficiência, além de minimização de utilização de recursos.

Os períodos que compõem a idade documental estão diretamente ligados aos valores administrativos e históricos da informação contida nos documentos. De acordo com Lopes (2009), a associação entre idade e valor implica na crença de que, na primeira idade (corrente), os documentos possuem valor primário, ou seja, são de interesse para o uso administrativo. Na segunda idade (intermediária), os documentos podem ter seu valor primário reduzido, com um enfraquecimento do valor primário e um potencial valor secundário. Por fim, a terceira idade (permanente) é composta por documentos de valor totalmente secundário.

Seguindo o pensamento de Infolfo e Moreno (2008), a Teoria das Três Idades trouxe uma revolução para o campo da arquivística e impulsionou o desenvolvimento da gestão documental, ao propor que os documentos produzidos e acumulados pelas organizações devem seguir um percurso dividido em três estágios diferentes, porém interligados.

No entanto, se tratando do arquivo da Redes da Maré com potencial de pesquisa, é preciso trazer uma das funções arquivísticas que é a avaliação, pois, segundo Belloto (2007), para compreender o que os documentos carregam, devemos analisar o que eles trazem de útil e se, de fato, tudo que ali é registrado, mostra a história em toda sua trajetória, com a realidade orgânica. O processo de avaliação deve considerar a função pela qual foi criado o documento, identificando os valores²⁹ a ele atribuídos, primário ou secundário, segundo o seu potencial de uso.

A partir da contribuição de Infolfo (2013), pode-se afirmar que somente essas práticas permitem o compartilhamento das informações para a tomada de decisão segura e transparente, e a preservação dos conjuntos documentais para a guarda permanente, bem como asseguram que a eliminação daqueles documentos destituídos de valor, a curto, médio ou longo prazo, seja realizada de forma criteriosa.

²⁹ Como o conceito de valor é central para a Arquivística contemporânea, alguns autores preferem reservar o uso do termo valor para os conceitos de valor primário e secundário, evitando algumas especificações que podem tornar equivocada essa noção, tais como: valor de prova, valor probatório, valor de informação, valor administrativo, valor legal, valor fiscal, valor financeiro, valor de testemunho, valor científico, valor cultural, valor histórico, valor patrimonial (Infolfo, 2013).

E relacionando o documento à memória, a avaliação é uma função arquivística importante. Assim como os documentos podem se perder, a memória pode ser lembrada, esquecida ou apagada. O autor que nos chama atenção para isso é Jacques Le Goff (2004), afirmando que com a evolução da oralidade e escrita, as memórias coletivas são fundamentais para a comunicação do homem no tempo e no espaço.

Fazemos uso da contribuição da autora Millar (2004), ao relacionar Arquivos com memórias, o que resulta em dois fenômenos distintos, pois mesmo o arquivo não retratando a memória, ele pode ser um gatilho que leva a lembrança do passado. Com isso, afirmamos o que é produzido na Redes encontra seu lugar no processo da memória como evidência das narrativas, contribuindo na construção do conhecimento coletivo. Por muito tempo, o debate sobre as funções sociais dos arquivos encontra na perspectiva do acesso um espaço de interlocução entre os arquivos e a sociedade. Com isso, aumentam as possibilidades de pesquisa que permitem a reflexão sobre o papel social da Arquivologia em diferentes meios de discussão.

Usando os boletins como exemplo das ações realizadas no eixo de Direito à Segurança Pública e Acesso à justiça, que trazem informações sistematizadas, a partir do monitoramento das operações policiais na Maré. Tal conteúdo revela as violações dos direitos humanos vivenciados pelos moradores da Maré. Esse documento torna-se o centro de disputa pela memória e clamor por justiça social.

A definição de arquivo já foi centrada como instrumento para servir ao Estado, mas podemos afirmar que devido as transformações sociais sua função passa a servir a sociedade. Com isso, concluímos esta seção que a função social dos arquivos fica evidente à medida em que reconhecemos a importância da preservação e acesso aos documentos para os processos de reconstrução da memória social – em especial as memórias de uma população marginalizada conforme enfocamos nesta pesquisa.

5. VEM AÍ A MARÉ VERMELHA, TRAZENDO DE VOLTA O QUE NOS ROUBARAM: UM OLHAR SOBRE A FUNÇÃO SOCIAL DOS ARQUIVOS DA REDES DA MARÉ

Os arquivos privados têm, em seu acervo, documentos históricos produzidos a partir de atividades institucionais. Essa característica peculiar caracteriza a organicidade desses espaços de forma intrínseca. Na qualidade de arquivo privado, este detém um conjunto documental produzido ou recebido, ligado à vida, obras e atividades executadas. Conforme afirma Schellenberg,

[...] quando documentos textuais que, do contrário, poderiam ser classificados como manuscritos históricos são criados em consequência de alguma atividade organizada como, por exemplo, a de uma igreja, de um comércio ou mesmo de um indivíduo podemos chamá-los de arquivos; donde as denominações "arquivos eclesiásticos", "arquivos comerciais", "arquivos privados" (Schellenberg, 2003, p.18).

Os documentos históricos como apresentado na seção 2, também chamados de documentos de terceira idade, são caracterizados por sua importância memorial, histórica e patrimonial. Eles trazem em si, vestígios da vida privada do proprietário, tornando-se singulares por essa característica inerente a esse tipo de acervo. Essa documentação simboliza a relação de seu acumulador com a sociedade na qual estava inserido, assim como representa diversos segmentos e grupos sociais, em determinados espaços e contextos históricos (Paes, 2005).

Nesse sentido, o arquivo da Redes da Maré configura-se a partir da teoria do Pierre Nora em um lugar de memórias acumuladas em um local e tempo determinados. Neste espaço, estão materializadas informações privadas, que compreendem, por sua vez, fontes de informação dos sujeitos, suas ações, relações e momentos passados.

Na tentativa de entender as novas formas de apresentação dos arquivos, denominadas tendências, Araújo (2013) elenca aspectos intrínsecos à prática arquivística. Dentre elas estão: variáveis como os sujeitos envolvidos nesse processo, os instrumentos utilizados em suas atividades, as ferramentas tecnológicas disponíveis e acessíveis e o contexto em que os indivíduos estão inseridos. Esses elementos constituem uma roupagem social para os arquivos.

Ao refletir sobre os espaços de memória, Assmann (2011, p. 369), situa o arquivo enquanto um armazenador desta, de forma que seus elementos constituintes retêm “memória potencial ou pré-condição material para memórias culturais futuras”. O arquivo da Redes da

Maré neste aspecto, se constitui como uma referência para a percepção da relação entre a memória individual e a memória coletiva. A memória materializada nos documentos pertence tanto à instituição, quanto aos moradores que, de alguma forma, tiveram relação com os documentos ali encontrados.

Os documentos são fontes de informação e possibilitam o acesso a uma memória do grupo, que se mantém no presente devido à preservação documental. Essa memória, por sua vez, se reconstrói e adquire significados a partir do acesso de usuários do arquivo a ela, o uso delas em trabalhos ou fins diversos, além dos processos e conflitos que o permearam ao longo do tempo.

Vimos na seção anterior que, os documentos são fontes de informação e possibilitam o acesso a uma memória do grupo, que se mantém no presente devido à preservação documental. Essa memória, por sua vez, se reconstrói e adquire significados a partir do acesso de usuários do arquivo a ela, o uso delas em trabalhos ou fins diversos, além dos processos e conflitos que o permearam ao longo do tempo.

Longe de ser um produto espontâneo, para Nora (1993) os “lugares de memória” possibilitam um maior entendimento sobre a preservação de espaços que despontam processos sociais advindos de constructos sociais, que refletem e revelam interesses, poder, paixões, conflitos, ou seja, a representação do passado de um povo. Neste sentido, a representação de um passado pode ser considerada, para Candau (2005), construções sociais para a constituição simbólica de um grupo social.

Indo ao encontro das funções sociais dos arquivos, dialoga na perspectiva do acesso à informação um espaço de interlocução entre os arquivos e a sociedade. Com isso, amplificam-se as possibilidades de pesquisa que permitem a reflexão sobre o papel social da Arquivologia em diferentes meios de discussão. Nesse sentido, observar como se dá o acesso à informação aos conjuntos documentais das instituições não governamentais, também não pode ficar fora do debate.

No caso desse segmento em especial, sua atuação está ligada principalmente a reivindicações que requerem informações de qualquer natureza – sempre alinhadas com sua missão, valores e objetivos. Essa organização faz uso e produz dados que podem ser considerados primários e os transforma em produção intelectual, caracterizando assim essencialmente a função social dos arquivos.

Temos o exercício reflexivo na elaboração de questionamentos, que permitam compreender os discursos e as narrativas presentes nas falas e nos documentos. Isso traz a possibilidade de notar quais foram os caminhos percorridos no âmbito da atuação da Redes da Maré e dos seus arquivos, para reconhecermos seu arquivo, suas memórias e sua importância para sociedade.

No eixo de atuação da Redes, denominada “Arte, Cultura, Memória e Identidades”, especificamente no Projeto NUMIM (Núcleo de Memória e Identidades da Maré), podemos notar a função social dos arquivos ao observar as ações descritas abaixo, dentro do recorte temporal de 2012 a 2021. Estas estão diretamente conectadas aos objetivos do projeto.

No primeiro objetivo, o de “pesquisar sobre a história e a memória dos moradores da Maré”, o NUMIM desenvolveu ações de investigação e disseminação, através da história oral, da coleta de depoimentos das moradoras e moradores da Maré. O resultado foram as duas publicações, feitas em 2012 e 2013:

Figura 8- Lançamento do Livro “Memória e Identidade dos Moradores de Nova Holanda”, no Centro de Artes da Maré (CAM)



Fonte: Foto da capa do livro - Acervo NUMIM

Figura 9- Publicação do livro “Memória e Identidade dos Moradores do Morro do Timbau e Parque Proletário da Maré”



Fonte: Foto da capa do livro - Acervo NUMIM

No segundo objetivo do projeto, o de “refletir sobre os processos de formação das identidades na Maré, a partir da construção da memória”, foram desenvolvidas ações de formação interna da equipe de pesquisadores e articuladores, nas quais os conceitos de memória, identidade e território são as bases para as reflexões. Foram desenvolvidas também atividades para as crianças e adultos da comunidade, reforçando a questão identitária da comunidade:

Figura 10 - Atividade para crianças na Semana da Consciência Negra na Lona Cultural da Maré



Fonte: Foto do acervo NUMIM - 2015

Figura 11 - Oficina estético-emocional com as meninas Black Power para adultos



Fonte: Foto do acervo NUMIM - 2017

A figura 11 apresenta o NUMIM instituindo um debate sobre as questões ligadas à cultura negra e ao racismo, assuntos tão necessários aos moradores da Maré. O projeto “Heranças Africanas” se tornou uma ação permanente, com diferentes eventos, atividades e oficinas em 2016 e 2017. Este se centrava na presença negra nas diferentes comunidades da região, incluindo a realização de um documentário pela ECOM sobre avós negras: As Griots da Maré.

Já em 2018, o NUMIM incentivou a produção de poesias, crônicas, contos, fotos, HQs e “mapas afetivos” de várias autoras e autores mareenses em papelões recuperados por catadores locais. Realizou formações, como: “África e Diáspora - Negro e a Sociedade: história e cultura”, com a presença da doutora Aza Njeri; “visão dos quilombos e das

comunidades de negros”, com o Nego Bispo, liderança quilombola no Piauí, e reforçou a área de publicações com um guia para as aulas de campo do curso pré-vestibular da Redes da Maré e de um livro infantil com histórias da Maré, além de retomar o Projeto Tecendo REDES de Histórias.

Figura 12 - Registro da publicação “Cartografias Afetivas da Maré”



Fonte: Professor Ary - Acervo NUMIM - 2018

No último objetivo do NUMIM, o de “preservar e refletir sobre o acervo histórico-cultural da Maré”, desenvolveu ações e processos que envolvem história, arte e cultura no território da Maré, que trazem reflexões sobre os lugares de memória da Maré por meio de projetos, como o “Maré a Céu Aberto.”

Figura 13 - Registro da abertura do programa: Caminhos da Maré



Fonte: Acervo NUMIM - 2021

Com edições mensais, as propostas temáticas do programa, que é aberto para todos, giram em torno da história de formação das favelas e do bairro Maré, das ações voltadas à arte, cultura, gastronomia, memórias e identidades mareenses, focadas na organização coletiva e em experiências que revisitam e evidenciam o protagonismo dos moradores e instituições.

Analisando essas entre tantas atividades que a Redes da Maré desenvolve, podemos afirmar que a construção das memórias possui uma relação de diálogo e sociabilidade com o passado; no entanto, elas são transpostas em representatividades informacionais, garantindo o acesso pelo usuário.

As representações sociais, no contexto informacional, detêm seu fluxo de construção na perspectiva de ações informacionais de forma organizada. Para a Arquivologia, as representações relacionam os fenômenos sociais desde o seu processo de produção, organização, acesso e uso da informação arquivística. Diante da singularidade documental presente no arquivo da Redes, cabe ao profissional arquivista percepções interdisciplinares de elementos e conceitos que, adicionada à teoria arquivística, direciona as operações profissionais adaptadas ao contexto privado.

Concordando com a contribuição de Nora (1993), os grupos sociais trazem uma mudança profunda na relação tradicional com o passado. O autor afirma que uma das questões significativas da cultura contemporânea se situa na intersecção entre o “respeito ao passado (seja ele real ou imaginário) e o sentimento de pertencimento a um dado grupo; entre a

consciência coletiva e a preocupação com a individualidade; entre a memória e a identidade” (Nora,1993, p. 09).

Assim, as relações de identidade de um indivíduo perpassam o seu contexto histórico e podem ser apresentadas através das suas ações. Constituindo em um espaço de memória, os arquivos da Redes da Maré guardam documentos de cunho institucional e histórico, que refletem aspectos sociais e culturais do contexto de sua produção.

Compreendemos que os referenciais de memória são importantes elementos que contribuem para a construção identitária de um indivíduo ou grupo. Nesse sentido, o arquivo privado oferece elementos informacionais que contribuem para a sociedade e, dessa forma, constitui um elemento social. A organização e guarda de um arquivo, permite à sociedade ou indivíduo evocar o seu caminho histórico, ou de uma geração através da preservação da memória.

Sob essa prática, temos o profissional arquivista, responsável por viabilizar a acessibilidade e inteligibilidade da leitura documental, de modo a prover o atravessamento do tempo. A abordagem dos arquivos, no entanto, destaca a sua importância na sociedade pela função social que exercem na mesma.

A Redes da Maré, através de suas atividades nas áreas de educação, arte, cultura, direito urbano e socioambiental, direito à saúde, no direito à segurança pública e acesso à justiça sob a perspectiva de promoção de uma nova concepção de cidadania, promove processos de construção social. A instituição mesmo não tendo um profissional de Arquivo em seu quadro de tecedores, produzem documentos que dialogam com os objetivos institucionais e de cada projeto desenvolvido.

Da trajetória da Redes da Maré constituiu-se um ciclo de memórias dos moradores mais antigos da Maré, contadas nos livros mencionados acima entre outros. Esses moradores contaram histórias sobre a memória das atividades dos projetos descritas nos relatórios e algumas apresentadas em exposições; memória de moradores mortos vítimas da violência armada, pintada no Museu a Céu aberto; memória do trabalho do eixo de segurança pública e acesso à justiça expostos nos boletins; memória da história da Maré e da instituição nas edições dos jornais Maré de notícias.

Dentre as inúmeras configurações sobre memória, escolhemos a definição de memória coletiva quando refletimos do que se é produzido na Redes da Maré. A autora norte-

americana Hedstrom (2016) explicita uma leitura sobre arquivo e memória coletiva. Em seu texto, ela afirma que há uma simplificação e generalização de conceitos de memória na literatura arquivística recente. Compreende-se que o arquivo participa da construção da memória coletiva, não necessariamente com centralidade, já que tal construção se faz em paralelo com outros meios de transmissão de informações. Hedstrom (2016, p. 242) afirma ainda que

[...] os documentos de arquivo não são representações da memória coletiva, e as instituições arquivísticas não são depósitos de memória coletiva. Ao contrário, os arquivos são fontes para a potencial descoberta ou recuperação de memórias que haviam sido perdidas. Uma vantagem particular que os arquivos possuem enquanto veículos de memória coletiva (além de sua persistência) é que eles podem permanecer insuspeitados e imperturbáveis enquanto as memórias individuais se esvaem, enquanto a memória coletiva é reconfigurada, ou até mesmo enquanto existem esforços conscientes de se apagar a memória.

Nessa perspectiva de que, em situações em que os elementos necessários para a memória coletiva não estejam presentes, os arquivos adquirem um valor maior. Hedstrom (2016) nos traz a reflexão na perspectiva de como os arquivos são mobilizados para a descoberta ou recuperação de provas que estavam perdidas ou negadas às comunidades em busca de memória. Diante disso, notamos que a Redes, com suas ações e seu arquivo disponibilizado em diferentes suportes, aciona a memória de tudo o que ela realiza na Maré, contribuindo para o momento em que os moradores buscarem por suas memórias. Pode-se concluir que o conjunto de atividades reveladas na práxis da Redes compõe a consolidação da memória coletiva.

Por esse motivo, a memória é delimitada por quadros sociais que determinam o seu poder e influência, e, ao mesmo tempo, esses quadros ordenam as dinâmicas entre a lembrança e o esquecimento. Dessa forma, institui-se a filiação do indivíduo ao grupo, pois esse laço passa pela afetividade, cuja manutenção é realizada através da repetição e de uma importante possibilidade de reinvenção dessa memória. Logo, o jogo memorial é determinado mais pelo presente e pelo seu manuseamento do que pelo passado.

Analisando os acionamentos de memória que a Redes promove, a partir da reflexão do historiador Nora (1993), cujo autor propõe a ideia de que não há mais memórias espontâneas e por isso é necessária a criação de arquivos, a organização de celebrações, entre outros meios. Os lugares de memória são construídos porque perdemos ou nos negaram os meios de memória e devido a isto temos que reparar o dano. Então, construímos os lugares de

memória quando achamos que podemos perder os meios de uma memória que consideramos importante. Conclui-se que, os lugares de memória são onde grupos se identificam e se reconhecem, construindo assim uma identidade e um sentimento de pertencimento.

Construir a memória se infere mais do que um sujeito imbuído de suas próprias ações, mas são funcionamentos institucionais que sinalizam as condições e possibilidades dessa construção. Tal processo construtivo pressupõe quatro elementos: eventos, personagens, lugares de memória e vestígios (Santos, 2013, p. 135).

Para continuar essa discussão e entender qualquer relação entre memória e o arquivo, consideramos importante apontar alguns aspectos: o caminho histórico percorrido pelos arquivos em reconhecimento e relevância social. Assim, a breve contextualização a seguir, embora não seja o objetivo desta dissertação, permite-nos compreender os arquivos em sua dimensão histórica e, portanto, os sentidos e significados que foram atribuídos a eles ao longo do tempo. Para Oliveira (2019, p. 15),

[...] a história da Arquivologia confirma a capacidade dos arquivos como lugar de preservação e de autoridade em relação aos documentos, desde a Antiguidade. Os arquivos estão historicamente associados aos governos, à realeza, ao clero e aos notários, ou, melhor dizendo, ao Estado e às classes dominantes.

Diante disso, compreendemos a origem histórica do arquivo relacionada tipicamente às funções de Estado e como instrumento de legitimação do poder vigente.

A partir da Revolução Francesa, em 1789, ocorre uma preocupação com a centralização dos documentos de Estado, que antes eram encontrados em diversos espaços.

A concepção de estabelecimentos gerais de arquivos como lugares onde os documentos de toda a administração do Estado, tanto central como provincial, deveriam ser preservados não se materializou e não poderia materializar-se até que se recebesse um impulso externo e se desenvolvesse uma atitude inteiramente nova em relação aos arquivos (Posner, 2013, p. 275).

A origem dos arquivos como instituição remonta às civilizações antigas. Trata-se de registros das ações reais, eclesiásticas, jurídicas e de toda vida pública e privada dos povos antigos, feitos inicialmente em tábuas de argila, e depois, na forma dos rolos de papiro. Esses, depois de devidamente identificados eram colocados em casulos feitos de tijolos, em locais de acesso restrito (templos e palácios) para sua conservação. Esses registros constituem-se no que é designado como documentos, ou seja, um conjunto de informações registradas em um suporte. Para que esses cumpram sua função social, administrativa, técnica, jurídica, cultural,

entre outras, é necessário que estejam organizados, sejam preservados e acessíveis (Schellenberg, 2007).

Schimdt (2012) define a história dos arquivos como sendo anterior ao estabelecimento oficial do arquivo enquanto instituição baseada nas necessidades sentidas pelo homem em produzir e manter documentos. A concepção de arquivo como instituição, com funções e serviços específicos, foi inaugurada a partir da Revolução Francesa (1789).

De acordo com Posner (2013), além da institucionalização de um espaço de guarda para os documentos, a Revolução Francesa apresentou outras três consequências importantes para a área: a primeira foi a consolidação da administração pública centralizada em órgãos criados com objetivos nacionais e unificados; a segunda foi a responsabilidade do Estado com a massa documental que havia herdado de outros períodos históricos; e a terceira foi que um número significativo de documentos foi descartado, entretanto, com a criação do Bureau de Seleção e Títulos passou-se a compreender o valor histórico desta documentação e, conseqüentemente, a importância da sua preservação e guarda (Posner, 2013).

Quando a legislação que concede o direito de acesso ao cidadão foi criada, logo após a Revolução Francesa, os arquivos e a história nacional foram resgatados e com isso os documentos que antes não possuíam valor social, passaram a ser utilizados no sentido de contribuir para a construção e fortalecimento da memória e da identidade nacional. Nos arquivos, o conteúdo informacional dos documentos diz respeito às atividades dos respectivos produtores, mas, como em qualquer outra instituição, a preocupação com a organização e disponibilização das informações é o que prevalece.

Oliveira (2020) traz, em sua dissertação de Mestrado, as discussões mais recentes sobre a arquivística brasileira. A autora discorre acerca da institucionalização da Arquivologia no Brasil, desde os anos de 1970 aos dias atuais, demonstrando que passou por importantes mudanças. Nas entrelinhas fica entendido que a configuração ainda é de uma precária efetividade do acesso público aos acervos custodiados pelas instituições arquivísticas.

Embora possamos constatar avanços na percepção sobre o uso social dos arquivos no país, tendo em vista a crescente demanda social pela transparência do Estado, o direito à informação e o direito à memória, acessar os documentos ainda é um desafio nesses espaços. Entender o processo técnico que vai do recebimento do documento ao acesso a ele, é fundamental para garantir a efetividade da participação social. Diante disso, torna-se notório o

papel fundamental dos arquivos e arquivistas em preservar e tornar acessíveis as informações que formam o patrimônio da sociedade. Segundo a Declaração Universal sobre os Arquivos, esses

registram decisões, ações e memórias. Arquivos são um patrimônio único e insubstituível transmitido de uma geração a outra. Documentos de arquivo são geridos desde a criação para preservar seu valor e significado. Arquivos são fontes confiáveis de informação para ações administrativas responsáveis e transparentes. Desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva. O livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e aumenta a qualidade de vida (Conselho Internacional de Arquivos, 2010).

É possível afirmar, que o arquivo tem grande significado não só como fonte de informação, mas também como um patrimônio histórico e cultural, preservando a memória individual e coletiva de uma sociedade. Apesar disso, é preciso indicar que o arquivo só adquire essa importância, se existir o livre acesso às informações presentes nos documentos, evidentemente, de acordo com a legislação de acesso. Sendo assim, a questão do acesso aos arquivos – sejam públicos ou privados, é um dos temas mais discutidos atualmente no campo arquivístico. Como afirma Oliveira (2019, p. 18-19), o arquivo “é a representação do Estado mais próxima do cidadão [...], onde os direitos podem ser comprovados, a história local recuperada e a cultura disseminada”.

Desta maneira, os arquivos são instrumentos fundamentais para que as instituições cumpram com seu dever de transparência para toda a sociedade, pois o acesso aos documentos “tangenciam questões fundamentais, como a construção de nossa identidade e a defesa de nossa soberania” (Bernardes, 2011, p. 2).

Para além do acesso, tem sido imprescindível que a arquivologia, como campo do conhecimento científico, tenha seu papel social a partir de uma perspectiva mais crítica e alinhada com a responsabilidade social e os direitos humanos.

Nas instituições públicas, comumente não é o documento em si que é ofertado, mas instrumentos de pesquisas revelando o conteúdo. A ONG estudada faz um percurso parecido quando sistematiza o conteúdo de seus documentos arquivísticos e transformam em Jornais, boletins, cartilhas, a fim de publicizar e contribuir na concretização do direito à informação como um caminho de transparência, subsidiando a participação política como dimensão básica da cidadania e minimização de desigualdades sociais na região.

Nesse sentido, compreendemos que as ações da Redes, e conseqüentemente seus arquivos, têm mudado o cotidiano dos moradores numa relação de memória, direito e cidadania. Concluimos que os documentos têm a capacidade de serem utilizados como meio de fortalecimento de identidades e de memórias.

5.1.1. NOSSA JANGADA VAI SAIR PRO MAR: PERCEPÇÕES ARQUIVÍSTICAS SOBRE A REDES DA MARÉ

O silêncio sobre a história das favelas é um ato intencionalmente político e, desse modo, valorizar as memórias locais, assim como arquivar, constituir fundos documentais, (re)construir narrativas sobre esses espaços, é claramente um ato de resistência. É por isso que alguns produtos existentes em instituições e movimentos sociais de favelas como Jornal comunitário, TV ou museu materializam as memórias dos moradores. Sendo assim, esses espaços demonstram as disputas de poder.

Jimerson (2008) aborda sobre as funções essenciais dos arquivos que em seu ponto de vista são: seleção, preservação e acesso. Destarte, ele compreende os arquivos como lugar de poder, conhecimento e memória. O autor dialoga com Delmas (2010), pois ambos abordam as influências do historicismo do século XIX no que se refere ao tratamento dos documentos. Esses ocuparam um papel importante na construção historiográfica. Nesse sentido, o teórico relaciona esses ideais ao trabalho do arquivista, questionando se estes atuam assim ao longo da trajetória profissional.

O autor Terry Cook (1997) argumenta a impossibilidade de neutralidade e imparcialidade, pactuando que estes valores tradicionais são perigosos para a sociedade. Diante disso, Cook defende que os arquivistas devem repensar suas práticas e assumir o papel social das suas ações sobre os documentos e seu contexto histórico. Trabalhando não como guardião passivo, mas como um mobilizador da memória coletiva.

Há tempos, diferentes autores chamam a atenção que num processo de tomada de decisão a organização dos acervos estão submetidos à subjetividade de quem os organizou. Na discussão sobre o papel e a função social que o trabalho do arquivista assume, é importante notar como essa ação envolve o fazer político, pois disso depende a forma como as informações chegarão aos cidadãos.

Segundo Delmas (2010), os arquivos são produtos necessários para o funcionamento da sociedade. De acordo com o autor, há quatro categorias ou utilidades como os arquivistas

costumam dizer, que explicam a existência dos arquivos e sua importância na contemporaneidade: a prova, a lembrança, a compreensão e a identificação.

Ainda segundo este autor, tratando sobre as utilidades que compõem os arquivos, o primeiro, o ato de provar, está ligado à necessidade da sociedade em utilizar documentos para provar questões jurídicas, administrativas e burocráticas. Tendo seu uso voltado para o valor primário dos documentos, como atestado de prova e garantia dos direitos, pode ser observado ao longo da história através de atos revolucionários ou de conhecimento, tanto de empresas quanto dos Estados.

Em sequência, Delmas (2010) traz outra utilidade dos arquivos, que está muito ligada às noções inerentes ao fazer da ONG estudada: o identificar-se. Esta função se estende ao âmbito social, antropológico, psicológico e moral promovendo relações sociais entrelaçadas aos simbolismos do reconhecimento de identidade. Os arquivos da Redes da Maré, que passam por mudanças, são os lugares onde as memórias se encontram preservadas, possibilitando uma memória e elaboração de narrativas. Nas mídias sociais da Redes e na própria instituição, os moradores podem acessar e encontrar os elementos memoriais que precisam, esse é o diferencial do arquivo da Redes.

Nas perspectivas defendidas por Delmas (2010), vê-se também o desafio político dos arquivos como mais uma de suas múltiplas utilidades, que resulta da importância da conservação, trazendo informações que podem ser usadas de inúmeras maneiras. Dessa forma, compreende-se que a função social dos arquivos está diretamente ligada às características dos documentos que são preservados e disponibilizados para sociedade.

A atitude de descartar documentos sem os critérios defendidos na Arquivologia é contestada por Delmas (2010), pois uma instituição só pode ser recuperada se os documentos tiverem sido preservados. Com isso, o autor reafirma o valor dos documentos para o funcionamento das instituições, empresas e sociedade.

Quanto mais uma sociedade se desenvolve, mais atividades humanas são numerosas, diversificadas e interdependentes. Quanto mais documentos são usados para que os homens registrem seus atos e assegurem sua continuidade e estabeleçam relacionamentos duráveis entre si, mais eles produzem e conservam arquivos (Delmas, 2010, p. 19).

Delmas (2010) nos faz refletir sobre a questão dos arquivos, apresentando como o desafio da preservação afeta a autenticidade e acessibilidade. As fragilidades no tocante a esses desafios tornam-se importante destacar o profissional arquivista que concretiza tudo

isso. Embora o Arquivista não seja tão reconhecido, é o profissional que adota um “conjunto de técnicas” para garantir o bom funcionamento dos arquivos com competência para o administrativo, e científico. Terry Cook (2012, p.2) corrobora dizendo: “o papel da ciência arquivística em um mundo pós-moderno desafia arquivistas, em todos os lugares, a repensar sua disciplina e prática”.

Cook (1997), que defende o novo paradigma da Arquivologia pós-moderna, onde os arquivos não são somente registros passivos, mas agentes ativos na formação da memória humana e organizacional, em que os arquivistas deixam de ser meros guardiões para serem responsáveis em contribuir na memória coletiva.

Outra abordagem que esse autor nos traz é sobre a neutralidade e objetividade em que executam o arquivo. Essa discussão tem uma relação direta com o poder e as disputas que se encontram nos e em torno dos arquivos. Diante disso, nós arquivistas, devemos criticar a neutralidade e usarmos os domínios que exercemos na história, na memória e no passado. Isto implica na responsabilidade pública dos arquivos e dos arquivistas em revelar aos cidadãos a identidade, história, cultura e memória pessoal e coletiva.

E isso faz do arquivista um mediador ativo na formação da memória coletiva através de arquivos. Os arquivistas inevitavelmente irão injetar seus próprios valores em todas as pesquisas e atividades, e, portanto, terão que analisar muito conscientemente suas escolhas na criação de arquivos e processo de formação de memória. Eles também terão que deixar evidência registrada clara e explicar as suas escolhas para a posteridade. Ao fazê-lo desta forma, com sensibilidade pós-moderna e perspectiva histórica, os arquivistas poderão balancear melhor quais as funções, atividades, organizações e pessoas da sociedade, devem ser incluídos e quais devem ser excluídos da memória coletiva do mundo, através de registros (Cook, 2012 p. 26).

Dessa maneira, isto nos chama a atenção para que o arquivista e aqui no caso, a Redes da Maré não destine seu compromisso apenas com a organização, mas também, na maneira como os cidadãos irão estabelecer seus vínculos. É imprescindível permitir a preservação e acesso público aos documentos e arquivos, sabendo que esses são instrumentos essenciais na garantia de direitos, possibilitando também aos cidadãos de favelas a possibilidade de construir suas narrativas, que muitas vezes ficam de fora da história oficial.

Vale destacar que, mencionar sobre o papel do arquivista nesse trabalho é uma provocação, pois, em suma, esse é o profissional que reforça o papel dos arquivos como instrumentos democráticos para a sociedade. Embora a ONG se esforce para garantir os direitos e construir novas narrativas aos moradores, possuir em seu quadro de colaboradores

um arquivista ciente do seu papel social fortaleceria essa função social.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, apresentaremos, de forma clara, a pesquisa de campo realizada para a dissertação. Primeiramente apresentaremos o contexto do campo de pesquisa, e após, dialogaremos entre as respostas trazidas pelos entrevistados e outros autores.

6.1. O CONTEXTO DO ARQUIVO DA REDES

Para conhecer o caminho de lutas da Redes da Maré, desde seu princípio, observou-se o arquivo como fonte de prova para o exercício da cidadania e dos direitos humanos. Por meio de documentos que ofereçam a realidade de tudo que foi conquistado e reivindicado até hoje pelo coletivo dessa instituição, na busca por igualdade no âmbito político, jurídico e social.

Nesse sentido, vale apresentar que foi a partir do aumento de massas documentais, que os Arquivistas e a Arquivologia a partir de 1981, vêm pensando em novas formas de tratamento e assim se conceituou o termo *record management*³⁰, que no português é conhecido como gestão de documentos. Essa nova abordagem e modo de operar renovaram a visão arquivística sobre o documento, servindo como balizador de políticas e organização dos arquivos.

Compreendendo essas definições e relacionando-as com a proposta de atuação da Redes da Maré, no tocante ao desenvolvimento territorial baseado no fortalecimento da autonomia dos moradores, fica a questão: a forma de organização da Redes permite uma possibilidade concreta de abrir espaço para as múltiplas narrativas e seus usos sociais?

Para isso, é necessário compreendermos a importância do arquivo na ressignificação da trajetória da Redes da Maré. Recapitulamos alguns aspectos conceituais acerca dos arquivos, debruçando-se principalmente sobre o arquivo da ONG e seu potencial de uso social. Essa área das ONGs, no âmbito da Arquivologia carece de estudos e publicações, que versem sobre esta temática.

³⁰ A Records Management visava a intervenção da ação arquivística logo na primeira idade dos documentos, isto é, na fase da sua produção e tramitação nos serviços administrativos, com a finalidade de aplicar métodos de economia e eficácia na gestão documental.

Nesta pesquisa, ficou evidenciado que o arquivo da Redes da Maré é privado, pois mesmo contendo em sua razão social o termo “interesse público”, seu arquivo formalmente não possui esta característica. O CONARQ é um órgão colegiado instituído no âmbito do Arquivo Nacional e tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados. Em suas atribuições, é o órgão responsável por emitir a declaração de arquivo de interesse público e social.

No Brasil, os arquivos privados que possuem interesse público e social são abordados na legislação que trata da “declaração de interesse público e social de arquivos privados”. A legislação é composta pela Lei nº 8.159 (1991), regulamentada pelo Decreto nº 4.073 (2002), atualizada pelo Decreto nº 10.148 (2019), e, por fim, disciplinada pela Resolução nº 47 do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ, 2021).

Buscamos informações na ONG e no CONARQ sobre a declaração de arquivo de interesse público, mas em ambas, esse documento não existe. A partir da listagem dos arquivos privados declarados como de interesse público e social disponível no site do Conselho Nacional de Arquivos, na aba “Arquivos Declarados”, avaliou-se os pareceres e decretos desses arquivos.

Nesta página é possível visualizar a listagem de arquivos declarados, assim como os pareceres de cada um deles e seus respectivos decretos, ou seja, existe um decreto para declaração de interesse público e social de cada um dos arquivos listados.

Verificamos o relatório do órgão e não há registro de emissão para ONG, somente para associações, personalidades, companhias e órgãos públicos que somaram 19 declarações emitidas em 2023. Segundo explicação do CONARQ, os requisitos para obter a declaração é ser um acervo arquivístico privado que possua relação orgânica e relevância nacional. Esta afirmação pode ser encontrada na página do CONARQ – Declaração:

Os arquivos privados, pessoais ou institucionais podem ser declarados de interesse público e social pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Os arquivos privados que, em razão do conteúdo de seus documentos, registram marcos ou dimensões significativas da história social, econômica, técnica ou cultural do país, podem ser declarados de interesse público e social por meio de ato declaratório.

Essa realidade nos faz refletir que apesar da legislação existir, parece não haver movimento para aplicação dela. Apesar de abrangente, não há incentivo à declaração de arquivos de ONGS, justamente um tipo de instituição que trabalha com população socialmente marginalizada. Entende-se que esses agentes históricos ficaram à margem da história contada e poucos são representados em instituições como arquivos. A institucionalização pública e preservação, mesmo que privada, desses acervos, poderia diminuir a discrepância avaliada hoje nas instituições arquivísticas.

Considerando que os arquivos privados de Organizações da Sociedade Civil são inexistentes no Arquivo Nacional, a legislação que trata do interesse público e social de arquivos privados poderia considerar formas de inserção destes documentos em arquivos públicos como forma de preservação e institucionalização. Entende-se, até o momento, a necessidade de se avançar sobre as políticas que consideram os arquivos de ONGs como de interesse público e social.

Como já abordado aqui, a Lei 8.159 que trata dos arquivos públicos e privados, não define quais arquivos podem ser declarados de interesse público e social. Já o Decreto nº 10.148/2019, que está judicializado no MPF-RJ, atualiza a redação da Lei nº 8.159 sobre o que pode ser considerado como arquivo privado de interesse público e social de “conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional” para “documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional” inserindo a palavra cultura e retirando a palavra científico do termo “desenvolvimento nacional”. O Decreto nº 10.148/2019 ainda delimita o que pode ser considerado de interesse público e social e orienta as ações e responsabilidades do detentor do arquivo, mas não se responsabiliza pela organização, preservação e promoção desses acervos.

Após apresentar a legislação que trata dos arquivos privados que podem ser considerados como de interesse público e social observa-se que não há particularidades na declaração ressaltando aspectos históricos, culturais e sociais dos arquivos. Deste modo verifica-se problemas com relação a essa legislação quando considerada a inexistência de elementos inclusivos com relação a acervos específicos de Organização da Sociedade Civil, objeto deste trabalho.

Concluimos que este cenário pode ser modificado a partir da atuação do CONARQ, que tem especificado no Decreto 10.148/2019. Compete ao CONARQ “propor ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública a declaração de interesse público e social de arquivos privados”, também cabe ao CONARQ “identificar os arquivos privados de interesse público e social”, nos termos do art. 12 da Lei no 8.159, de 1991. Para esse novo cenário, não se exclui o papel dos arquivistas, que de acordo com os princípios profissionais, devem ser agentes de mudança. Devemos dar voz aos atores sociais marginalizados e silenciados, razão de ser desta dissertação.

Diante dessas explicações podemos afirmar que ao conhecer esses documentos é possível compreender o funcionamento da instituição, conhecer sobre sua rotina, métodos de trabalho e sua contribuição no território da Maré. Onde a análise dos documentos nos dirá sobre a relação destes com a construção de narrativas a partir do que a ONG realiza.

Na visita técnica realizada em 20 de junho de 2023, sugerida pela diretora Eliana Sousa Silva, acessamos o arquivo dos setores administrativo, financeiro, núcleo de pesquisa, monitoramento e avaliação e captação de recursos. Com isso, tivemos contato com os setores que mais possuem documentos analógicos. Este cenário encontrado diverge do identificado nos projetos, que possuem um volume considerável de arquivos digitais, aproximadamente 25GB se somarmos os projetos.

As três visitas técnicas foram realizadas após a qualificação do presente trabalho de conclusão de curso., ocorreram nas respectivas datas; 20/06/23, 20/07/2023 e 13/01/2024. Os agendamentos foram feitos por telefone, tanto com a direção que autorizou as visitas, quanto com os responsáveis pelos respectivos setores e projetos. A escolha das pessoas entrevistadas seguiu o critério de tempo de atuação em seus postos, pois segundo a direção, elas detêm o pleno conhecimento da instituição e seus respectivos trabalhos.

Os dois meses seguintes à qualificação, abril e maio de 2023, marcaram o bairro Maré no tocante às operações policiais, coincidentemente ocorreram sequencialmente e nos dias agendados para as entrevistas, então essa etapa não foi um processo fácil.

A ONG não possui Arquivista em seu quadro de tecedores. Quando atuei lá, não foi possível estruturar um Programa de Gestão de Documentos, em razão das demandas que eram mais urgentes, como organizar prestação de contas, contratos e projetos.

Diante das consequências geradas pela ausência de um programa de gestão de documentos, o papel do diagnóstico arquivístico é a técnica primordial para iniciar o esboço. Almeida e Pazim (2018, p.69) afirmam que, sem os dados dos itens informacionais não será possível implantar a Gestão de documentos, comprometendo os resultados da intervenção arquivística.

A gestão de documentos é adotada neste trabalho a partir da definição do Dicionário de Terminologia Arquivística do Conselho Internacional de Arquivos, que identifica a gestão documental como uma “área da administração geral dos órgãos relacionada com os princípios da economia e eficácia da produção, manutenção, uso e destinação final dos documentos”. Nota-se que os requisitos de economia e eficácia, que preconiza o surgimento da noção da gestão de documentos prevalece na contemporaneidade, refletindo ainda como um método para auxiliar na organização dos documentos de instituições privadas.

Mostraremos os atuais pontos fortes e fracos do conjunto analisado, possibilitando assim, a elaboração de um plano de ação para uma gestão de documentos mais eficiente.

As informações retratadas através do diagnóstico devem ser somadas ao conhecimento arquivístico para auxiliarem na elaboração ou aperfeiçoamento de programas de gestão de documentos, considerando todas as suas etapas. [...] possibilitarão o embasamento, a segurança e precisão na construção de programas de conservação, classificação, avaliação, recolhimento, transferência, armazenamento, acondicionamento, microfilmagem e demais atividades [...] (Silva, 2014, p. 14).

Um diagnóstico arquivístico pode fornecer dados sobre o histórico e a contextualização da instituição no cenário em que atua, sua estrutura organizacional, o setor responsável pelo arquivo em questão, recursos humanos, instalações físicas, trajetória de formação do arquivo, normas e regulamentos, sistemas informatizados, atividades de gestão de documentos relativas ao arquivo, composição do acervo, entre outros. Os dados fornecidos pelo diagnóstico arquivístico permitem a análise de aspectos diversos que nos levam a conhecer as circunstâncias que envolvem a criação dos documentos (Silva, 2014).

Embora, para os dados coletados nas visitas não tivesse intenção de produzir diagnóstico, esses colaboraram para termos um panorama sobre o arquivo em questão.

Utilizamos o questionário semiestruturado na pesquisa, pois, assim como Triviños (1987) e Manzini (1990/1991) apontam, esse instrumento considera o fenômeno no contexto social. Investindo na coleta das informações buscamos perceber as variáveis que possam afetar os dados coletados. Tem-se a partir dessa escolha, o propósito de análise. Para isso, aplicamos perguntas fechadas e abertas, na perspectiva de mensurar as informações que respondessem às questões problemas deste trabalho.

Ao visitar os Setores Administrativo e Financeiro, fomos atendidos por Claudia Bezerril – coordenadora do responsável pelos setores – e João Arthur – pelos pagamentos e controles das contas. Ambos estão na instituição há bastante tempo. Ela tem quase dez e ele, catorze anos em seus postos de trabalhos. O questionário utilizado encontra-se no apêndice (A).

Após a apresentação formal, iniciamos com a pergunta: “No entendimento de vocês, como definem o que é arquivo?” Para Cláudia Bezerril, o arquivo *“são vários documentos que produzimos e recebemos, que são organizados de uma forma que esteja acessível”*, já no entendimento de João Arthur, *“[...] é isso! Arquivo são os documentos da instituição enquanto ela existe.”*

Dessa maneira, percebemos que a compreensão do que é arquivo para a instituição, se aproxima do que encontramos na Lei Federal 8.159, de 8 de janeiro de 1991, também conhecida como Lei de Arquivos. Esta dispõe sobre a política de arquivos públicos e privados e dá outras providências, a qual conceitua o arquivo em seu artigo 2º:

consideram-se arquivos, para os fins desta Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos (Brasil, 1991).

Ainda sobre a Lei de Arquivos, nela estão indicados a consulta de documentos públicos e o mecanismo da declaração de interesse público por um arquivo privado de relevância histórica ou cultural (cujas diretrizes estão expressas na Resolução nº 47 do Conselho Nacional de Arquivos). As preocupações presentes no texto da Lei indicam que o modo como os arquivos têm de responder a demanda é dispondo dos seus princípios e técnicas em favor daqueles que buscam as informações que lhes são de interesse.

Sabe-se que um arquivo, para ser completo, precisa alicerçar-se em dois eixos, a gestão documental e o acesso, pois um é a consequência do outro. A tensão do arquivista na Redes da Maré está justamente nesses eixos. Isto porque, não existe o plano de gestão documental e os documentos não são acessados pelos moradores da Maré. Segundo Claudia Bezerril, quando questionada sobre quem acessa os documentos, respondeu: *“somente a direção, alguns coordenadores e os patrocinadores.”*

Destacamos, o livre acesso à informação arquivística sendo a condição fundamental para a construção da cidadania. No entanto, a prática e a literatura arquivística ainda não reservou o devido espaço para reflexões a respeito do papel social dos arquivos e o meio para se alcançar tal objetivo, conforme foi constatado no levantamento bibliográfico, em âmbito nacional - na base de dados BRAPCI. A pesquisa booleana com o termo “acesso” é muito ampla

e relaciona-se às atividades de acesso à informação por vias tradicionais, tais como: serviços de

atendimento ao público, elaboração de bases de dados e instrumentos de pesquisa. A pesquisa com os termos “acesso” e “arquivo” localizaram, em sua maioria, trabalhos referentes à Lei de Acesso à Informação, tendo no total 423 resultados baseados nos títulos.

O acesso às informações é, portanto, fundamental para o amadurecimento das instituições, dos estados democráticos, da sociedade organizada e dos direitos civis.

Perceber as conexões entre arquivo, memória, cidadania e direitos humanos, a partir da importância do acesso às informações, e buscando um resultado positivo na vida dos moradores da Maré como consequência, foi um grande desafio nesta pesquisa. À vista disso, foram estudados estes conceitos de uma maneira direcionada, específica e fracionada, porém com interfaces necessárias para o entendimento de como um arquivo pode oferecer, através de suas informações, a construção de uma sociedade.

Sobre o conceito de acesso à informação, no Brasil temos a LAI – Lei Federal de Acesso à Informação –, nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Esta lei tem uma perspectiva democrática para o cidadão, para que este possa ter conhecimento das ações públicas com fins de transparências. Nesse sentido, a LAI, seguindo e reafirmando aspectos de legislações anteriores, ao definir o acesso como regra e o sigilo como exceção, normatiza regras, procedimentos, fundamentos, prazos, graus de sigilo e de acesso, bem como as autoridades responsáveis para a classificação e desclassificação de informações/documentos.

Nesse aspecto do acesso, os arquivos em rede é outro tema que está relacionado diretamente ao acesso, à LAI, memória e preservação. Conceitualmente falando, nos direciona a própria função de arquivo, ao defini-lo como “um sistema de informação, cuja unicidade é determinada pelo caráter relacional dos documentos que o compõem, a tendência natural aponta para um modelo necessariamente integrador” (Real, 2004, p. 39).

Essa abordagem consiste na sociedade em rede e como produz novas formas de relação e socialização entre os sujeitos. Diante das mudanças tecnológicas, torna-se urgente compreender as necessidades de comunicação e informação, já que essas crescem de forma desigual na sociedade. Dessa maneira, o conceito de rede está, também, ao serviço da relação entre as partes que integram um sistema de informação arquivística (Real, 2004). Exemplo dessa explicação é o funcionamento dos arquivos que ora pode ler e em outras apagar. Assim, como afirma Mariani (2016, p.17), “para serem lidos e repetidos (o que é canônico, hegemônico) e outros para serem recalçados, silenciados, interditados”.

A partir do entendimento sobre arquivo em rede ficam as seguintes questões: O que pode e deve ser arquivado/lembrado? Quem pode ou deve ler os documentos arquivados? O que pode e deve ser lido em determinada conjuntura sócio-histórica? As respostas se encontram na política institucional. Em consonância com Mariani (2016), a política é o controle do arquivo.

Sobre isto, pensamos a respeito da realidade da Redes da Maré, que há 16 anos, oficialmente produz documentos, defendendo a construção de novas narrativas no território, mas sem política de gestão documental, sem disponibilizar o acesso aos documentos comprometendo, na nossa perspectiva, o direito à cidadania.

Como qualquer arquivo, a produção documental da Redes, tanto o digital quanto o analógico, está impregnada por relações institucionais de poder e de memória. A partir das tecnologias de informação, as organizações e instituições e a produção de arquivos tendem a ficar cada vez mais complexas. Esse debate passa por questões estruturais, de rede, meios financeiros e de poder. A solução talvez esteja posta quando se encontrar uma plataforma e um formato suficientemente abertos, como se propõe os dos arquivos das instituições públicas.

À guisa de exemplo, trazemos a realidade da Redes da Maré nas redes (aqui, trata-se dos meios de comunicação e informação proporcionados pela internet), onde é possível encontrar em suas mídias oficiais, as atividades realizadas conforme seus eixos de atuação. No entanto, havendo contradições estas não serão silenciadas e sim confrontadas, como por exemplo, a classificação final dos alunos nos cursos, ao fazerem circular posições em confronto, ou seja, quem foi classificado ou não. Sendo assim, a Redes da Maré dá voz aos sujeitos e com respeito faz com que se sintam ouvidos. Dessa maneira, embora os moradores não acessem seu acervo analógico, quando se conectam na rede, as ações esperadas são para serem sentidas no território.

Apoiada nas reflexões acima, podemos concordar que o arquivo é o “remédio para a lembrança”. Sendo assim, quando os documentos são vistos, não se vê somente letras, algarismos ou imagens, dispomos de uma viagem ao tempo, ao inconsciente individual e coletivo.

6.2. PANORAMA DO QUE FOI ENCONTRADO NO ARQUIVO

Nas visitas aos setores e projetos da Redes da Maré ocorridas em final de 2022 e junho de 2023, encontramos nos 16 espaços o seguinte cenário:

❖ **Volume dos arquivos analógicos:**

- No setor administrativo e financeiro foram encontrados 98 metros lineares, correspondentes a 700 caixas padrão;
- No setor NUPEM somente 1 metro linear, cada caixa padrão box, identificada por eixo de atuação institucional;
- No setor de Captação de Recursos não havia documentos.

❖ **Sobre os tipos documentais:**

No setor administrativo e financeiro: estatuto, atas, regimentos, certidões, alvarás, prestações de contas, relatórios, comprovantes de pagamentos, notas fiscais, balancetes, extratos bancários.

Em relação aos projetos, visitei os eixos de educação e de segurança pública. Nesses espaços os documentos eram: Lista de presença de alunos, lista de presença de professores, planilha de controle de operações policiais, planilha para controle de atendimentos.

❖ **Sobre uso de sistemas informacionais:**

- No setor administrativo e financeiro: compraram e usam o ONG fácil que cadastra os profissionais que atuam na instituição e controla os pagamentos.
- No setor NUPEM: compraram um sistema de monitoramento para controle das atividades e elaboração de relatórios. Como estava em teste, não informaram o nome.
- Nos eixos de educação e segurança: fazem uso da plataforma google drive, onde os tecedores envolvidos acessam. A demanda não ultrapassou os gigabytes ofertados gratuitamente, afirmando não pagar pelo serviço de armazenamento em nuvem.

❖ **Sobre acesso aos documentos pelos moradores e demais interessados:**

Não há registro de moradores interessados ou terem acesso aos documentos de nenhum setor ou projeto. Somente os financiadores recebem cópias do que está em acordo com seus respectivos contratos.

❖ **Sobre sinistros e perdas de documentos:**

Não houve registro de sinistro em nenhum setor ou projeto. No entanto, houve perda de dados referentes ao quantitativo de atendimentos nas atividades, conforme demonstrado na tabela 4. Isso ocorreu por falta de padronização na forma de recolher os dados. Cada

coordenador de projeto fazia de uma forma. Hoje, o setor NUPEM organizou e orientou os setores de projetos, com determinação de prazo de entrega dos respectivos instrumentos que são elaborados em consonância às exigências dos parceiros.

Ainda sobre sinistro e perda, foi possível constatar nas visitas que, sem as práticas arquivísticas adequadas, acarretam a falta de provas materiais referentes ao que se produz lá, como o já ocorrido com o um dos maiores programas que a instituição teve ao longo de aproximadamente 10 anos: o “Programa Criança Petrobras na Maré”. Era um projeto de arte-educação que acontecia em 8 escolas municipais da região, com o intuito de fomentar a trajetória escolar dos alunos, proporcionando às escolas, uma atuação mais qualificada e aos estudantes, seu capital cultural ampliado. Hoje, o que restou dele foi o registro oral de quem atuou no projeto e alguns produtos como cartilhas e alguns relatórios.

Outra perda considerável é a falta de dados que contabilizem o público atendido nos anos de 2007 e 2008. De 2009 a 2016 o controle era calculado em planilhas de Excel elaboradas ora pela coordenação do projeto, ora pelo setor de monitoramento. A tabela abaixo demonstra os números apurados ao longo dos anos e reflete também, o risco de não se ter uma política de gestão documental.

Tabela 4 – Quantidade do público atendido diretamente

Quantidade de atendimentos (todos os eixos)						
2007 a 2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Sem registro oficial	4.500	4.500	4.100	4.100	5.900	7.942

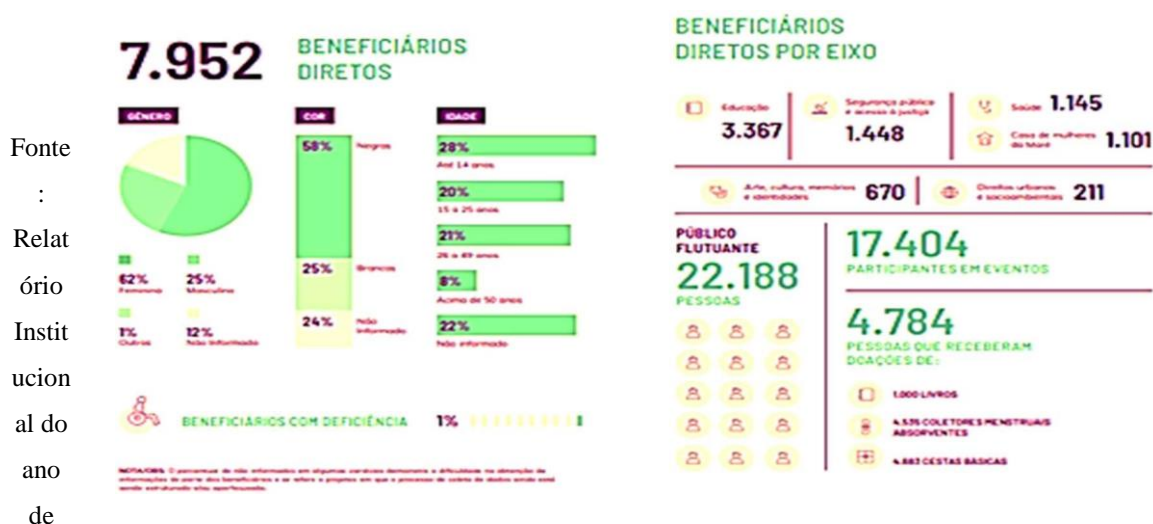
Fonte: Núcleo de Pesquisa, Monitoramento e Avaliação da Redes

A análise do quadro revela que a falta de procedimentos e organização de documentos pode acarretar a perda de informações. Antes de 2017, os dados sobre as atividades realizadas eram produzidos pelas coordenações dos projetos, que não tinham um padrão ou método para isso. Essa situação levanta a possibilidade de certa negligência em relação às práticas arquivísticas.

A imagem 8 contém subsídios sobre os atendimentos que a ONG realiza, onde só foi possível obtê-lo porque padronizou a forma e o período de coleta dos dados. Outro fator que contribuiu foi a acessibilidade dos dados pelo setor NUPEM. O setor tem acesso ao Drive onde são armazenados esses dados, podendo não só extrair, mas analisar junto à coordenação do projeto, de modo que as informações sejam divulgadas de forma fidedigna ao encontrado nos documentos.

O NUPEM, setor responsável por sistematizar os dados da instituição, ao confrontar as informações com as evidências fornecidas pelas coordenações, percebeu a diferença. Quando tinha a informação, não tinha o documento para comprovar. Após o ocorrido, o setor definiu método para obter o dado e o registro, por isso, somente a partir de 2017 os dados reais aparecem nesse quadro e no infográfico de 2022, como pode ver abaixo:

Figura 14– Infográfico sobre atendimentos no ano de 2022



Os arquivos em geral, e o da Redes não é diferente, absorvem o que os indivíduos constroem, em qualquer suporte: papel, narrativas, fotos, lembranças, discursos, história oral; ou seja, informações de tudo que se viveu. De acordo com Chagas e Pereira,

[...] pode ser compreendido como um grande instrumento de armazenamento e acesso a informações e, nesse sentido, está frequentemente ligado às questões de preservação da memória, na medida em que funciona como um depósito de dados e fatos” (Chagas; Pereira, 2011, p.320).

Figuras 15 e 16 – Registro de parte do arquivo físico do Setor Financeiro



Fonte: Fotos tiradas na visita do dia 20/07/2023

Das mais de 600 caixas contendo documentos, 46 é o número das que têm o uso frequente e que na Arquivologia chamamos de arquivo corrente³¹. Ou seja, 8%. As demais seriam classificadas como arquivo intermediário³², com pouca consulta. Sobre a preservação dos documentos com fins principalmente históricos, mesmo que esses ainda não tenham sido avaliados e classificados como tal, é possível embasar com a relevante consideração que Rodrigues (2012) traz a respeito desses arquivos. Para a autora, “além da obrigação de

³¹ É o conjunto de documentos estreitamente vinculados aos objetivos imediatos para os quais eles foram produzidos ou recebidos no cumprimento de atividades-meio e atividades-fim, e que se conservam junto aos órgãos produtores em razão de sua vigência e da frequência com que são consultados.

³² É o conjunto de documentos originários do arquivo corrente, mas com um uso pouco frequente, que aguardam, em local de armazenamento temporário, sua guarda permanente ou eliminação

garantir a preservação e a conservação física dos documentos, devem ter como missão propiciar o acesso aos acervos” (Rodrigues, 2012, p.240).

Os documentos contidos nas caixas acima mencionadas são manuseados e consultados fisicamente apenas pelos tecedores da instituição, principalmente as coordenações dos projetos e a equipe que trabalha no setor. Não há registro de morador que quisesse examinar fisicamente os documentos institucionais, assim como também não há divulgação ou orientação que autorize esse acesso.

Nota-se que há um cuidado de entrada nesse espaço, pois o acesso se inicia com restrição, diferentemente dos outros espaços, pois é o único prédio ou equipamento da ONG que tem interfone. Esse setor foi reservado ao longo dos anos para guardar o arquivo institucional, onde acumula os documentos principais, a saber: estatuto, contratos, acordos, prestações de contas, relatórios, fotografias, mesmo os dos projetos que já tenham sido extintos, porém, alguns deles foram digitalizados e estão disponíveis na página institucional da internet, como demonstra a figura abaixo:

Figura 17 - Documentos institucionais disponibilizados na página de internet



Fonte: Site institucional

Embora não haja registro de moradores solicitando acesso físico aos documentos da instituição, a Redes segundo sua divulgação, atua de forma transparente sobre suas

realizações. Em 2009 o Jornal *Maré de Notícias* foi instituído com a missão de informar e mobilizar a população do território. Em pouco tempo, se tornou um dos maiores jornais comunitários do Brasil com tiragem de 50 mil exemplares da versão impressa. Assim, o jornal se consolidou como a principal oferta de informação de qualidade para os 140 mil moradores das 16 favelas da Maré, incluindo a participação desses, seja com pesquisa de opinião ou dica de matéria e é aqui que os moradores entram enquanto produtores e não somente como consumidores do que a ONG produz.

A distribuição interativa do *Maré de Notícias* difere, significativamente, dos métodos utilizados pela maioria dos outros jornais. O jornal comunitário, procura preencher as lacunas na cobertura e interação das fontes externas com a Maré. Os principais jornalistas da imprensa carregam “estereótipos e preconceitos” que ainda permeiam a sociedade carioca, argumenta Hélio Euclides, jornalista do *Maré de Notícias* e ex-morador: “*acredito que a mídia cobre melhor os assuntos da favela. Os colaboradores do jornal, por serem moradores e os que não são, mas circulam na Maré pra fazer as matérias, são melhores pra contarem as histórias da Maré.*”

Figura 18 - Registro da equipe que distribui o Jornal Maré de Notícias

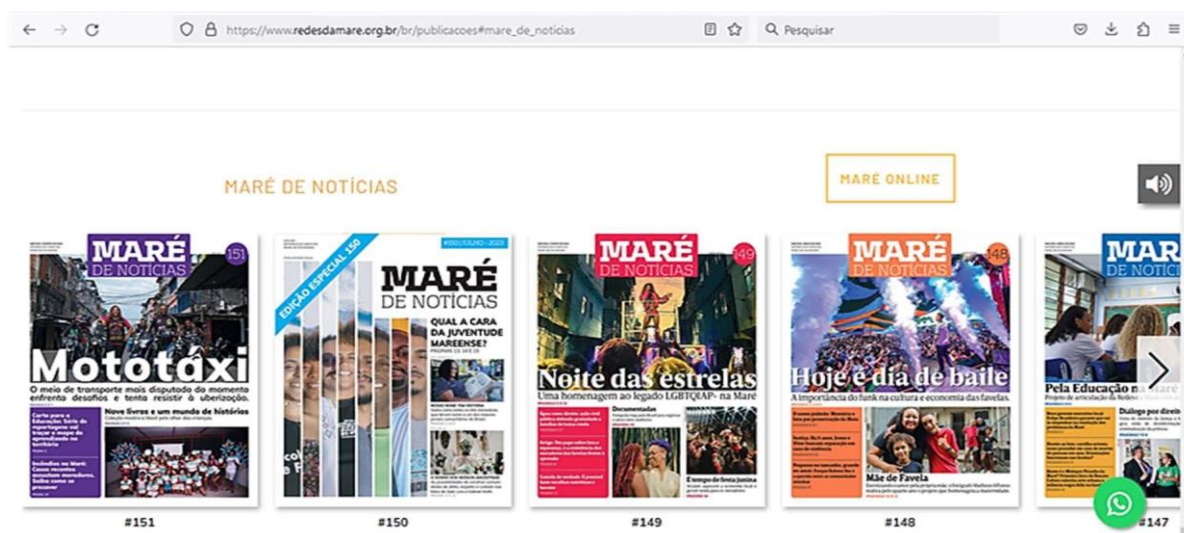


Fonte: Foto tirada da página do *Instagram* da Redes da Maré

O informativo propõe ser referência de comunicação comunitária junto aos moradores das 16 favelas da Maré, para as instituições públicas e privadas, não governamentais,

formadores de opinião e profissionais de comunicação, como um veículo que atua na construção de novas narrativas que ampliem a visão sobre a população de favelas e periferias numa perspectiva de efetivação de direitos básicos e fundamentais desse contingente populacional.

Figura 19 – Jornal Maré de Notícias disponível em versão digital



Fonte: Site institucional

Por meio de várias plataformas e diversos formatos, a instituição tem como meta para o setor de Comunicação, atingir os moradores das 16 favelas da Maré, além do público externo, parceiros e apoiadores e – fundamental – os próprios tecedores. Assim, além de mobilizar a população local, a Comunicação atua para que as representações negativas e preconceituosas comumente veiculadas nas mídias sobre as favelas e periferias sejam superadas, disputando as narrativas predominantes. Para tal, a Redes inclui a participação comunitária em várias realizações, como o Jornal, os Boletins de Segurança Pública e demais pesquisas, tendo assim os moradores como produtores e não somente consumidores da informação.

Ao compreendermos o arquivo enquanto lugar de informação destacamos em sua composição, não apenas o documento e a sua organização. Mas, sobretudo, o conteúdo informacional e as relações que fazem parte dessa trama de produção documental, refletindo o contexto memorialístico, capaz de garantir direitos, exercício de cidadania, construção de narrativas e de remontar a história da instituição.

6.3. ENTREVISTAS E DISCUSSÃO

Para verificar a defesa da Redes referente a construção de novas narrativas, realizei 10 entrevistas, sendo 5 com ex-alunos do CEASM e 5 com ex-alunos da Redes. Para a condução de ambos os grupos, foi utilizado um questionário semiestruturado (Apêndice B) contendo questões que, ao serem respondidas, subsidiaram a análise do processo identitário e memoriais que a Redes se propõe a construir na vida dos moradores da Maré. A pretensão foi pesquisar beneficiários dos projetos de cada eixo institucional, no entanto, encontrar com esse público demandaria a pesquisadora estar em diferentes horários na Maré, e, havendo incompatibilidade de horário, optou-se pelo público mais fácil de encontrar no horário noturno.

Todos os 10 entrevistados são mareenses, embora alguns não estejam morando mais no local. Dentre eles, 3 moraram fora e retornaram para a Maré. Há os que saíram e que só retornam ao local quando foi necessário. Esses ex-alunos têm em comum, a trajetória geográfica, onde seus pais nordestinos como os primeiros moradores da região e o fato de terem estudado em escolas públicas, nos ensinamentos fundamental e médio. No entanto, no nível superior, dos 10, apenas 2 cursaram em universidade privada. Foram entrevistados 5 ex-alunos do CEASM a saber: Marcos Brito (52 anos), Francisco (47 anos), Jorge Rodrigues (46 anos), Daniela Pereira (38 anos) e Bianca Monteiro (35 anos). Os outros 5 entrevistados foram alunos do Pré-vestibular da Redes, são eles: Marcelo (35 anos) Bruna Custódio (33 anos), Flávia Gonçalves (35 anos), Erika Souza (34 anos) e Daniel Dutra (35 anos).

Francisco, formado em Ciências Contábeis pela Faculdade Moraes Júnior. Morou no Parque Maré, por 30 anos e desde 2005 reside em Oswaldo Cruz, onde criou também seu escritório de assessoria jurídica. *“Sempre volto à Maré, meus pais, amigos residem lá. Além disso, quando posso, ajudo e participo das atividades que a Redes da Maré realiza.”*

Marcos, formado em Arquivologia na UNIRIO, residiu em dois locais da Maré, no Morro do Timbau e no Conjunto Salsa e Merengue – Vila dos Pinheiros. Frequenta assiduamente a Maré por conta da sua atuação na Igreja Assembleia de Deus, localizada no Morro do Timbau e, *“[...] além do vínculo com a igreja, minha mãe e irmãos moram lá.”*

Bianca Monteiro é formada em Psicologia pela PUC-RJ. Desde que nasceu, mora na Maré, no Morro do Timbau. Declarou ter frequentado *“muitos lugares fora da Maré, [...] o contato no pré-vestibular, mostrou que posso fazer isso, morando na Maré ou não”*.

Jorge Rodrigues, Sociólogo pela UFRJ, morou no Parque Maré por 25 anos e depois em outros bairros, como Centro e Irajá, e atualmente em Niterói. *“Mesmo morando fora, sempre estou pela Maré, seja para encontrar família e amigos, como participar de eventos promovidos pelo CEASM e Redes da Maré.”*

Daniela Pereira, Pedagoga pela UERJ, mora no Morro do Timbau. *“Moro na Maré, atuo fortemente na região, quando saio daqui é pra fazer rede seja com trabalho ou relações interpessoais.”*

Marcelo Pereira, Geógrafo pela UFRJ, morou no Parque União grande parte da sua vida, em outra residiu em Jacarepaguá, São Cristóvão. Retornou ao Parque União no ano passado. *“[...] voltei a morar na Maré pra (sic) ficar mais perto do trabalho e focar na minha pesquisa de pós-graduação que tem a região como objeto de estudo”*.

Daniel Dutra, Bacharel em Direito pela UFRJ, mora em Nova Holanda desde que nasceu, como ele afirma: *“sou cria da Nova Holanda há 35 anos”*.

Erika Souza, Geógrafa pela UFRJ, mora na Vila dos Pinheiros atualmente, mas já morou em outras favelas da Maré, como ela disse: *“quando criança, minha família mudou muito de casa, morei no Parque União, no Rubens Vaz”*.

Flávia Gonçalves, Geógrafa pela UFRJ, mora no Rubens Vaz desde que nasceu.

Bruna Custódio, Economista pela UERJ, morou por quase 30 anos no Parque União, porém há 3 anos saiu da casa dos pais e mora na Glória.

Todos os entrevistados demonstraram uma relação forte ao afirmar que o lugar de origem é a Maré. Até os que não residem mais, afirmaram não ser problema dizer que moraram e que frequentam a região. Em suas falas, disseram que a formação no Pré-vestibular possibilitou o reconhecimento identitário com o local. Quando os questioneei se a passagem pelo curso na ONG contribuiu para a relação deles com a Universidade e a Maré, os 10 entrevistados responderam afirmativamente:

Tabela 5: Contribuição do Pré-vestibular para assimilação da universidade com a Maré

Entrevistados	O pré-vestibular contribuiu na sua atuação dentro da Universidade?
---------------	--

Bianca	<i>“Sim. São inúmeras, mas acho uma coisa importante no pré-vestibular é o de trazer e criar boas referências do território para nós, jovens estudantes e aspirantes a uma vaga na universidade pública.”</i>
Marcos	<i>“Sim. Na verdade, continua trazendo, já que é uma atuação constante. Para mim, enquanto morador foi um "divisor de águas" já que mudou minha perspectiva pessoal e profissional. Além disso, no campo educacional, podemos ver que há muito mais alunos mareenses no ensino superior.”</i>
Daniel	<i>“Sim, abriu portas para o mundo fora da Maré, dando elementos para termos mais capilaridade em outros espaços. Isso é muito importante...”</i>
Francisco	<i>“Sim. Oportunizou a entrada de muitos jovens em cursos universitários públicos em universidades federais. Esse universo de jovens, ao possuir um diploma universitário, puderam ter acesso a empregos que pagam melhor.”</i>
Eveton Pereira	<i>“Sim, O acesso à universidade sem dívidas é uma delas, porém não só isso. É muito importante que tenham pessoas de dentro do território com outras formações para que possam estar em diferentes espaços e falando por nós.”</i>
Daniela	<i>“Sim. Possibilitou muitos jovens a concretizarem o projeto de buscar uma formação universitária e também mudar as condições socioeducacionais e econômicas das suas famílias e até mesmo de pessoas próximas”</i>
Bruna	<i>Sim. Trouxe para Maré o sonho de um jovem favelado concluir uma faculdade pública e construir novos caminhos. Também é olhar além e descobrir que podemos seguir sem barreiras.”</i>
Flávia	<i>“Sim, a Redes para além da tem uma formação cidadã com contribui na formação crítica do indivíduo”</i>
Jorge Rodrigues	<i>“Sim. despertou um senso identitário e politizado”</i>
Erika	<i>“Sim. Além de fortalecer minha identidade, ampliou minha visão de mundo.”</i>

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

Interessante observar, como o sentimento de pertencimento, o vínculo identitário e as memórias discutidas na seção anterior, estão presentes nas falas dos entrevistados. Outro aspecto identificado é que ambos os cursos do pré-vestibular tiveram sucesso com esses ex-alunos, no tocante à afirmação de desfazerem a imagem estigmatizada da favela. O acesso à universidade e ao ensino superior os tornou preparados para essa luta, assim como as ONGs esperavam.

Embora nem todos os pesquisados estejam envolvidos diretamente nas respectivas instituições que estudaram, a filosofia apreendida permanece impregnada neles. Todos

trabalham, dos 10 entrevistados, 2 são concursados na esfera federal, 6 trabalham em ONGs, quatro deles na Redes da Maré, um como assessora política de Deputada do PSOL e um em uma grande empresa de Logística. Na trajetória acadêmica, uma está doutoranda, três têm mestrado, um com especialização Lato-sensu e os outros cinco pararam na graduação. Todos disseram que a convivência nesses espaços contribuiu para afirmarem suas identidades e influenciaram nas de outros moradores, incluindo seus familiares.

Assim sendo, a expectativa de que o público atendido interviesse no território a partir do envolvimento nas atividades da ONG, teve êxito. Ainda que os pesquisados tenham tido tensões nos espaços por onde passaram, conseguiram despir-se das imagens estigmatizadas e exibiram suas identidades de forma positiva.

Todavia, a característica comunitária da instituição com a presença dos moradores na sua construção e desenvolvimento corrobora para as memórias coletivas. As crianças, os adolescentes, os jovens e adultos da Maré encontram, sem dúvida, a partir desta vivência, exemplos locais positivos que ajudam a construir suas trajetórias sociais e escolares, o que colabora para a ampliação de seus tempos e espaços sociais.

À guisa de exemplo, a instituição entende ser necessária a investida na construção de novas narrativas sobre a Maré. Essa perspectiva consta em seus documentos, textos, página institucional, entre outros. Os moradores e, principalmente, os alunos que passam pelo projeto pré-vestibular Comunitário, onde esses estão a caminho do ensino superior, são incentivadas a tal. Para isso, desenvolve, pelos projetos, programas e campanhas, várias atividades que dão valor à identidade de morador da Favela da Maré, como as aulas-campo³³ oferecidas em diversos lugares, sendo a primeira do ano dentro da Maré.

A legitimidade do grupo fundador da Redes por serem ou terem vivido na Maré, garante exequibilidade a cada projeto pensado e executado pela instituição. Como refletiu a Conselheira Estratégica Andréia Martins³⁴, “[...] desenvolvemos ações que se afirmam, na ideia central de que vivemos numa cidade onde todos devem ter o direito de acessar os recursos existentes, independentemente da região onde residam”.

³³ Aulas-campo: com o objetivo de ampliação do capital cultural e desenvolvimento da reflexão crítica por meio da realização de atividades extras que contribuem para o desdobramento das aulas regulares e possibilitam a apropriação dos espaços culturais da Maré e da cidade

³⁴ Andreia Martins é conselheira estratégica da Redes, tendo mais de 20 anos de atuação na Maré. Esse trecho foi retirado de diálogo realizado no dia em que visitei a instituição para apresentar a pesquisa, no dia 02/12/2022.

Há uma premissa que permeia as ações da instituição que é a defesa de garantir uma narrativa sobre a região de maneira que desconstrua a imagem negativa que “os de fora”³⁵ têm e propagam sobre a Maré. Ao pensar sobre os estereótipos e narrativas negativas a respeito dos que vivem em espaços periféricos, o conceito de “lugar de fala” defendido por Ribeiro (2017), Ribeiro, Kilomba (2012) e Gonzalez, (1984) balizam esse princípio institucional de quebrar o discurso autorizado e único que impacta diretamente os lugares desses grupos subalternizados.

Na entrevista com ex-alunos, os questioneei com intuito de comparar as ações da ONG com o que poderia ser de responsabilidade do Estado: você acredita que se os aportes financeiros das ONGs fossem aplicados pelo Governo, a Maré seria mais beneficiada? Dos 10 pesquisados, os 7 disseram que não e 3 disseram que sim. Para os que responderam não, esses acreditam que se o Governo (aqui compreende as esferas municipal, estadual e federal), a região não seria um lugar tido e visto ainda à margem da sociedade. Não é a atuação das ONGs que diminui a força do Estado. Pelo contrário, como disse Marcelo: *“A ideia da instituição, não é ficar captando recursos para gerir os projetos, mas que o Estado absorva o projeto e o transforme em política pública.”*

Figura 20 – Registro atual da fachada do prédio central



Fonte: Imagem da autora, 2023.

³⁵ “Os de fora” – termo que se refere às pessoas que não vivem ou viveram em favelas.

A Redes da Maré se renova a cada dia: programas, campanhas, equipamentos e projetos são pautados em ações estruturantes para a população da Maré. Essas ações são idealizadas a partir de estudos, levantamentos e vivência no local, de forma que o objetivo seja atender ao que a população precisa. Embora a Redes tenha iniciado seu trabalho com projetos voltados para crianças e jovens, seu público hoje é amplo em diferentes idades e a maioria são moradores das 16 favelas da Maré. Atuar com o projeto político dessa maneira permite oportunidades de investimento, prova dessa afirmação é a quantidade de ações, parcerias e equipamentos existentes.

Para atender essas perspectivas, os objetivos da Redes são:

1. Elaborar ações estruturantes que, em médio e longo prazo, se traduz na garantia de direitos básicos para população da Maré, através de cinco eixos de atuação;
2. Realizar um estudo de viabilidade da criação de um fundo comunitário para a sustentabilidade da organização;
3. Fomentar a criação de novos imaginários e narrativas que, ao romper com estereótipos, buscam a efetividade do direito à cidade para toda população da Maré;
4. Ter como prioridade elaborar ações nos campos étnicos, raciais, de gênero e de orientação sexual, a fim de diminuir o preconceito e o racismo;
5. Aumentar o aproveitamento educacional e o tempo escolar dos moradores da Maré;
6. Ampliar o acesso à formação qualificada, à geração de renda e aos direitos da mulher;
7. Possibilitar a democratização e ampliar o acesso à arte aos moradores da Maré e de seu entorno;
8. Compreender o cotidiano dos moradores da Maré através de pesquisas e levantamentos;
9. Buscar uma articulação territorial maior, mobilizar figuras-chaves e instituições locais;
10. Atuar para maior incidência nas políticas públicas a partir de campanhas e advocacy;
11. Mobilizar os moradores do Conjunto das 16 Favelas da Maré para a construção de alternativas que garantam o acesso à justiça e a efetivação de seus direitos.

Diante disso, a Redes inclui entre seus objetivos, o enfrentamento das diferentes formas de violência que atingem a população das favelas e a promoção dos Direitos

Humanos³⁶. Essa constatação faz referência à segurança pública, que é uma das grandes questões nesses territórios, e na Maré de modo particularmente importante. No entanto, esse objetivo se refere também a outros elementos, como a violência contra as mulheres, a do não apagamento e silenciamento da memória dos moradores e a de outras violações de direitos.

As atividades desenvolvidas com objetivos estruturantes depreendem da autonomia dos moradores e suas associações³⁷. Um dos grandes focos do trabalho da Redes é, assim, a conscientização dos moradores para o fortalecimento dessa autonomia e sua mobilização, para que sejam os agentes do desenvolvimento de seu território, assim como o fortalecimento das associações de moradores.

A instituição é dirigida por um grupo principalmente composto por moradores e ex-moradores. Isso é apontado por esse coletivo como algo que confere grande pertinência ao trabalho desenvolvido e pelo fato de as pessoas saberem do que estão falando em razão de suas vivências. A estrutura é adaptada de forma distribuída, transparente e autônoma, com todos os envolvidos atuando de forma colaborativa, conferindo o caráter de trabalho em rede.

Na Redes da Maré, as decisões são tomadas e atividades desenvolvidas partir da seguinte estrutura:

Tabela 6 – Estrutura do coletivo gestor da instituição

Panorama Geral		
Estrutura	Quantidade	Total de Tecedores
Diretoria Estatutária	5	5
Conselho Estratégico	4	4
Eixo	5	9
Projetos/Ações	46	42
Equipamentos (Prédios)	6	10

³⁶ Os objetivos podem ser encontrados no site da instituição: <https://www.redesdamare.org.br/br/quemsomos/apresentacao>

³⁷ O conceito de “autonomia” não é definido no estatuto da Redes, mas parece remeter à ideia da capacidade dos atores de tomarem decisões com relação à sua vida.

Setores	8	74
---------	---	----

Fonte: elaborada pela autora com dados coletados do site da Redes da Maré/
Tecedores e Tecedoras

A expressão “tecedores” é a designação dos colaboradores e funcionários da Redes da Maré, foi instituída concomitante à escolha da razão social. O mesmo grupo que definiu o nome da instituição, optou por chamar as pessoas que constroem o tecido institucional, de “tecedores”. A interação que constrói o trabalho cotidiano se dá a partir de reuniões mensais de planejamento. O objetivo é orientar as equipes, buscando a integração das ações e garantindo que os projetos contribuem, de forma efetiva, para o desenvolvimento estruturante da Maré, como revela a missão da instituição.

No projeto político da instituição está a inclusão de moradores e ex-moradores da Maré no quadro de diretoria. Assim, a Redes não descarta a formação profissional de toda equipe, como consequência de sua atuação política e das exigências na prestação de contas aos financiadores. Diante disso, a Redes passa a exigir cada vez mais profissionais qualificados, que têm a capacidade de compreender temas complexos e de acompanhar políticas públicas.

Figura 21 - Tecedores e Tecedoras (termo equivalente a funcionários/colaboradores)



Fonte: Site institucional

Ao visitar a Redes da Maré, é perceptível o seu tamanho, quantidade de parcerias e tecedores, que ao longo do tempo ela incorporou, semelhantemente ao modo de atuar do setor privado. Tais como a atuação pela via dos projetos e a implementação de ferramentas de gestão, vide o setor de monitoramento e avaliação agora denominados “Núcleo de Pesquisas e Monitoramento de Projetos”, que é responsável pelo acompanhamento das iniciativas da instituição visando mensurar seus impactos.

Comparando com a outra instituição em que parte da diretoria da Redes participou, pode-se notar que o CEASM ainda atua como movimento social, recebendo poucos aportes financeiros e com muito voluntariado. Enquanto, a Redes cresceu possuindo características de empresa, seja pelo montante de parcerias, ou pela qualificação exigida da mão de obra. Isso contribui na visão de uma instituição personalizada, no caso da Redes da Maré, não deixam de associar a imagem da ONG ao da Eliana (Fundadora). A razão disso se dá pelo histórico de atuação, articulação e capacidade de captação que ela adquiriu ao longo desses anos.

Nessa perspectiva, desde sua fundação a instituição tece redes com pessoas e Instituições de dentro e fora da Maré, como: universidades, ONGs de dentro e de fora da Maré, movimentos sociais, sociedade, financiadores e o Estado. Assim, essa rede junta agentes de diferentes campos político-ideológicos na busca de um projeto comum.

As articulações entre as instituições da forma como a ONGs fazem, nos remete a prática arquivística em rede, mas dessa questão incluiremos na seção sobre o arquivo da Redes da Maré. Entendendo que a população, algumas vezes³⁸, protagoniza os processos de desenvolvimento da localidade, o eixo Direito urbano e socioambiental realiza ações que buscam incentivar moradores, coletivos e instituições locais a liderar discussões e reivindicações por direitos na Maré. Essa empreitada remete ao pensamento de Halbwachs (1990), quando reflete sobre como a memória individual é moldada pela memória coletiva em diferentes contextos: “a memória individual está sempre ligada à memória coletiva, a uma memória comum que se mantém viva graças a instituições e práticas sociais (p. 39).

Nessa atuação, fica a certeza de que a Redes da Maré exerce seu papel de fomentadores de identidade coletiva dos moradores do bairro. Em sintonia com essa diretiva,

³⁸ Algumas vezes, a população é consultada diretamente sobre as demandas da localidade. Normalmente ocorrem em pesquisas, outras em reuniões das turmas inscritas e no canal de comunicação.

a instituição tem desenvolvido diversas pesquisas, ganhado prêmios, projetando a imagem positiva da Maré nas mídias, quando divulgam os eventos que envolvem diferentes atores da sociedade, como o Festival Wow³⁹, Fórum Basta de Violência⁴⁰ entre outros.

³⁹ O Festival Mulheres do Mundo (WOW) é um movimento global lançado pela diretora e produtora britânica Jude Kelly. Realizado pela primeira vez em 2010, o WOW já esteve em 23 países da Europa, Ásia e África, além de várias cidades na Inglaterra e esteve novamente no Brasil em outubro de 2023. Aqui, é produzido com a curadoria da Redes da Maré.

⁴⁰ O “Fórum Basta de Violência! Outra Maré é possível...” é um espaço de debates temáticos e propositivos no campo dos desafios da política de segurança pública na Maré fruto de uma articulação criada entre mareenses, Associações de Moradores do Conjunto das 16 Favelas da Maré, lideranças comunitárias, instituições públicas e não governamentais do território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi iniciada a partir de inquietações observadas por meio da trajetória existencial e profissional da autora, e, quando identificamos uma produção considerável dos trabalhos de conclusão de curso do PPGARQ-UNIRIO e não encontramos discussões acerca dos arquivos de organizações não governamentais. Por esta razão, buscou apresentar como opera o conjunto de documentos produzidos nas atividades da Redes da Maré, no sentido de contribuir na construção de narrativas e no exercício de cidadania dos moradores do Conjunto de Favelas da Maré.

O percurso desta pesquisa e dissertação foi desafiador, pois as dificuldades em encontrar referências e trabalhos que abordassem diretamente o tema de acervo documental de ONG, especificamente, por se tratar de um arquivo com alta frequência de uso, na arquivologia denominada como arquivo corrente. Esse caráter singular nos impôs dificuldades, mas também aponta aprofundamento.

Para aprofundar nossos questionamentos sobre o tema foi necessário olhar com atenção para esse arquivo corrente, com potencial de uso que se constitui para discussões e propostas futuras. Dessa maneira, tornou-se interessante neste estudo a oportunidade de descobrir caminhos inexplorados pela literatura da área.

Nesse sentido, foi preciso recorrer ao referencial teórico referente à temática dos arquivos privados e também o de interesse público. A realização desta pesquisa é, antes de qualquer coisa, uma tentativa de observação de uma realidade muito pouco conhecida: o potencial de uso dos documentos de uma Organização da Sociedade Civil e a iniciativa de garantir direitos e construir narrativas de uma minoria social.

Sabe-se que arquivos têm o papel de preservar e facilitar o acesso de informações a seus usuários, por meio de princípios e técnicas arquivísticas. Esses princípios e técnicas devem ser usados a serviço da transparência informacional e na otimização do atendimento da população da Maré. Como visto, podemos medir o exercício da cidadania com a capacidade que os arquivos têm para oferecer serviços ligados à vida prática, ao dia a dia e em servir como fonte para pesquisa científica.

Embora se reconheça a sua importância, o acervo da Redes ainda detém poucos recursos e práticas arquivísticas para operar com excelência. Ao encerrar esta dissertação

esperamos que outras reflexões possam se efetivar no campo dos arquivos de interesse público das organizações não-governamentais, possibilitando dar voz a grupos e pessoas que viveram e vivem silenciadas e marginalizadas. Mas, que de alguma forma tem contribuído para viabilizar o acesso a informações e à cultura enquanto estruturas de transformações sociais.

No tocante a legislação que trata da declaração de interesse público e social é ampla, no entanto não incentiva a nomeação de arquivos de ONGs. Nota-se pela falta de arquivos de Organizações da Sociedade Civil que a ausência na legislação é retratada nas declarações de interesse público e social. Se a ausência desses arquivos é sentida nas instituições de salvaguarda, a legislação deveria fomentar a preservação deste tipo de arquivo.

Concluindo, apontamos como problema a falta de incentivo ao acesso dos moradores nos documentos da instituição, já que os documentos têm potencial de uso social para garantia dos direitos. Podemos avaliar também que há um jogo de forças que se revelam na forma como se constrói a história da ONG.

Assim sendo, sabemos que esta dissertação, como todos os trabalhos científicos, sempre pode melhorar, e estamos dispostas a aprimorar essa pesquisa em um momento futuro, ouvindo atentamente as críticas que irão surgir. Mas acreditamos no potencial deste tema e nos empenhamos para tornar este trabalho possível. Torcemos para que muitos outros se inspirem, se aprimorem e desenvolvam projetos semelhantes, para que possamos espalhar iniciativas como estas e nos tornarmos agentes ativos nesta transformação social, seja pela realidade digital ou analógica.

Por fim, este trabalho é de suma importância para que a sociedade possa, de forma permanente, não só ter acesso aos trabalhos de conclusão de curso do PPGARQ, mas também possa identificar-se com eles. Acompanhando que o Programa objetiva, de forma ampla, a aproximação da Universidade com a Sociedade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da Arquivologia. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [S. l.], v. 18, n. 37, p. 61–82, 2013. DOI: 10.5007/1518-2924.2013v18n37p61. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n37p61>. Acesso em: 26 jan. 2024.

ABREU, M. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPLANRIO, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo, 1997.

AZEVEDO, A. N. A Reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. **Revista Rio de Janeiro**, n. 10, p. 39-79, maio/ago. 2003. (Dossiê Temático).

BENCHIMOL, J. L. **Pereira Passos: um Haussmann Tropical – A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do Século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992. (Biblioteca Carioca; v. 11).

BRASIL. **Lei 8.159 de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm# Acesso: 24 fev. 2023.

BRUM, M. “Irregular, ilegal e anormais”: O estigma como política de Estado e a remoção de favelas no Rio de Janeiro pela CHISAM (1968-1973)”. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n.4, 2010, p.97-107.

BRUM, M. **Cidade alta: história, memórias e o estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro**. 2011. 361 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

BURGOS, Marcelo Baumann. “**Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro – as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro**”. In: Zalur,Alba; Alvito, Marcos(orgs.). Um Século de Favela. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas,1998.

_____. **Cidade, Territórios e Cidadania**. DADOS, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol.48, nº 1, 2005.p.189 a 222.CANDAU, J. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2018.

COOK, T. A. Ciência arquivística e o pós-modernismo: novas formulações para conceitos antigos. **CID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 3-27, 2012. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v3i2p3-27. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/48651>. Acesso em: 27 out. 2023.

CORACINI, M. J. GHIRALDELO, C.M. **Nas malhas do discurso: memória imaginário e subjetividade. Formação de professores (línguas maternas e estrangeiras), leitura e escrita**. Campinas: Pontes, 2011.

DELMAS, B. **Arquivo para quê?** textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. **Escrevivência:** a escrita de nós-Reflexões sobre as obras de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória.** Rio de Janeiro: Pallas, 2017c.

GAGNEBIN, J.M. **Lembrar escrever esquecer.** São Paulo: Editora 34, 2006.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais:** morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GOHN, M. G. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, set./dez. 2008

GONÇALVES, R. S.; AMOROSO, M.; BRUM, M. “Serviço Social, habitação e direito à cidade: favelas, subúrbios, periferias e assentamentos informais”. **Libertas**, vol. 15, no 2, 2015, p. 1-4.

GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de negro.** Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2022.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HEDSTOM, M. Arquivos e memória coletiva: mais que uma metáfora, menos que uma analogia. In: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (Org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 237-259.

HEYMANN, L.Q. **Estratégias de legitimação e institucionalização de patrimônios históricos e culturais:** o lugar dos documentos. VIII Reunião de Antropologia do Mercosul. Buenos Aires, 2009.

JARDIM, J.M. O conceito e a prática de gestão de documentos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p. 35-42, jul./dez. 1987.

LESSA, C. **Rio de Janeiro de Todos os Brasis.** (Uma reflexão em busca de autoestima). Rio de Janeiro: Record, 2000

MANZINI, E. J.; SIMÃO, L.M. Formas de raciocínio apresentadas por adolescentes deficientes mentais: um estudo por meio de interações verbais. In: MANZINI, E. J. (Org.) **Linguagem, cognição e ensino do aluno com deficiência.** Marília: Unesp, 2001

MARIZ, Cecília. “As CEBs e a Cultura Popular”. Comunicações do ISER. Rio de Janeiro, v. 44, p. 25-30, 1993.

MARTENDAL, F. F.; SILVA, E. C. L. **Difusão arquivística e suas expressões nos cursos de graduação em arquivologia no Brasil.** Disponível em:

<<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/38400>> DOI: [10.5433/1981-8920.2020v25n4p256](https://doi.org/10.5433/1981-8920.2020v25n4p256) Acesso em: 27 out. 2023.

- NEEDELL, J. D. **Belle Époque Tropical**. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.
- NÓBREGA JÚNIOR, E. D. **O Programa Criança Petrobras na Maré em oito escolas públicas do maior conjunto de favelas do Brasil**. Dissertação de Mestrado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007, 112 p.
- PAES, M. L. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- PEREIRA, D. B.; SILVA, E. P. da. (2019). Funções arquivísticas: caracterizando finalidades de instituições de arquivo. **ÁGORA: Arquivologia Em Debate**, 29(58), 1–22.
- PEREIRA, I. M. L.; CHAGAS, P. D. Arquivo e memória: uma análise dos conceitos de arquivo segundo Michel Foucault e Roberto Gonzalez e Chevarría. **Portfólio - Revista de Letras**, [S. l.], v. 3, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/3496>. Acesso em: 18 dez. 2023.
- POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992, p. 200-212.
- RODRIGUES, G. M. O acesso aos arquivos: Evolução de um conceito. *In*: Rodrigues, G. M.; Costa, M. G. da. (Org.). **Arquivologia: configurações da pesquisa no Brasil**. Epistemologia, formação, preservação, uso e acesso. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: Fundamentos metodológicos da geografia**. Hucitec: São Paulo, 1988.
- SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo, Ed, HUCITEC, 1998.
- SANTOS, N. M. W. Memória como narrativas do sensível: entre subjetividades e sensibilidades. *In*: GRAEBIN, C. M. G.; SANTOS, N. M. W. (Orgs.). **Memória Social: questões teóricas e metodológicas**. Canoas: Unilasalle, 2013.
- SANTOS, Reinaldo Soares dos. **O Encanto da Lagoa: O imaginário histórico-cultural como elemento propulsor para o turismo cultural na Lagoa Encantada**. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) – Programa de Pós-Graduação em Cultura e Turismo, UESC/ UFBA, Ilhéus-Ba, 2004
- SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**/ T.R. Schellenberg; tradução de Nilza Teixeira Soares. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- SCHMIDT, C. M. S. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações**. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, 2012.
- SILVA, C. R. R. **Maré: a invenção de um bairro**. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2006.
- SILVA, E. S. **Testemunhos da Maré**. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

SILVA, J. de S.; BARBOSA, J. L. **Favela: alegria e dor na cidade**. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2005. SILVA, W. M. **Arquivos de interesse público e social: a atuação do conselho nacional de arquivos**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VALLADARES, Lícia. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

VIEIRA, J. B.; SILVA JUNIOR, E. C.; GARCIA, L. S. A Publicização vinte anos após a reforma do Estado no Brasil: Um estudo de caso do programa de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 50, p. 399-420, 2018.



APÊNDICE A

ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA VISITA AOS SETORES E PROJETOS DA REDES DA MARÉ

Nome:
Cargo:
Função:
Tempo na função:
Setor:
Quais atribuições são de sua responsabilidade?
Quais documentos são produzidos no setor? O que entende por arquivo?
Faz uso de algum sistema?
Já houve sinistro ou perda de documentos?
Já eliminaram documentos?
Quem acessa os documentos?

Como os documentos estão organizados?



APÊNDICE B

ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA EX-PARTICIPANTES DO PRÉ-VESTIBULAR DA REDES DA MARÉ

Nome completo:
Qual seu e-mail:
Onde você mora? Se morou na Maré, informe até quando e em qual das comunidades?
Você fez o pré-vestibular no CEASM ou na Redes? Informe o(s) ano(s):
Qual curso e Universidade que frequentou?
O pré-vestibular contribuiu na sua atuação dentro da Universidade? Sim ou não? Explique:
Como ficou sua relação com a Maré depois que entrou na Universidade?
Na sua opinião, quais as contribuições a instituição em que fez o Pré-vestibular trouxe para a Maré?
Se os aportes financeiros recebidos pela ONG que estudou, fossem aplicados pelo governo, a Maré teria outros resultados? Sim ou Não? Explique:
Você acredita que a ONG em que estudou consegue atender aos moradores das 16 comunidades? Justifique:



APÊNDICE C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa (Redes da Maré: o arquivo), sob responsabilidade da pesquisadora Claudia da Silva Santos, a qual busca analisar os conjuntos documentais produzidos pelas Redes da Maré no período de 2007 a 2022, compreendendo esta ONG enquanto espaço de construção de memórias e capaz de contribuir na garantia de direitos e no estabelecimento plural de narrativas dos moradores da Maré. Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista com questionário semiestruturado e com perguntas abertas.

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são: Você pode achar que determinadas perguntas lhe incomodam, porque as informações que coletamos são sobre suas experiências pessoais. Assim você pode escolher não responder quaisquer perguntas que o façam sentir-se incomodado.

Sua entrevista ajudará a confirmar se o objetivo da ONG é construir novas narrativas a partir de suas ações. Mas não será, necessariamente, para seu benefício direto. Entretanto, fazendo parte deste estudo você fornecerá mais informações sobre o lugar e relevância desses escritos para a própria instituição em questão.

Se depois de consentir a sua participação o/a Sr. (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo à sua pessoa.

O/a Sr (a) não terá nenhuma despesa e não receberá nenhuma remuneração referente a esta pesquisa. Entretanto, caso o/a Sr. (a) tenha alguma despesa decorrente desta pesquisa será totalmente ressarcido/a pelo pesquisador/a responsável. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas a sua identidade não será divulgada, uma vez que será guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o/a pesquisador/a no seguinte endereço: Av. Marechal Fontenele, 1200 – Campo dos Afonsos, Rio de Janeiro – RJ, pelo telefone pessoal 21 99997-0926.

Eu, _____, fui informado (a) sobre o que o/a pesquisador/a quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias originais, as quais serão assinadas por mim e pelo/a pesquisador/a, ficando uma via com cada um de nós.

Assinatura do/da participante da pesquisa

Assinatura do Pesquisador responsável

Data: ____/____/____